

**EDILAINE DE ASSIS CAMARGO**

**O PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID E A PARTICIPAÇÃO  
COMUNITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMA DE  
IMPLEMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ana Luiza de Lyra Vaz.

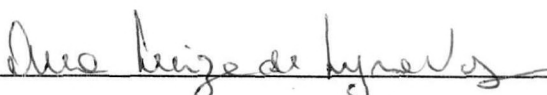
**Florianópolis  
2004**

**EDILAINE DE ASSIS CAMARGO**

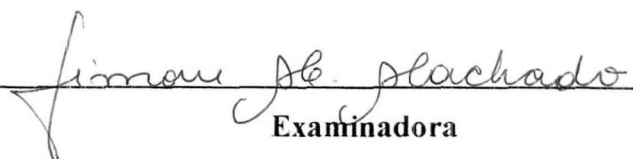
**O PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID E A PARTICIPAÇÃO  
COMUNITÁRIA: REFLEXÕES SOBRE A FORMA DE  
IMPLEMENTAÇÃO NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

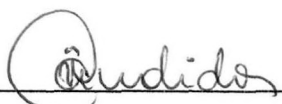
**Banca Examinadora**

  
\_\_\_\_\_  
**Presidente da Banca**

**Ana Luiza de Lyra Vaz, Prof.<sup>a</sup> do DSS da UFSC**

  
\_\_\_\_\_  
**Examinadora**

**Simone Matos Machado, Prof.<sup>a</sup> do DSS da UFSC**

  
\_\_\_\_\_  
**Examinadora**

**Ieda Maria Cândido, Educadora Social da PMF**

**Florianópolis, 08 de dezembro de 2004**

## AGRADECIMENTOS

O ser humano é, antes de tudo, a soma de conhecimentos, experiências e aprendizados que perfazem a vida de cada pessoa desde a infância.

Essa trajetória possibilita a formação de um extenso currículo com inúmeras vitórias, alegrias, tristezas, acertos e erros e também derrotas.

São passagens que mesmo inconscientemente deixam ensinamentos e recordações que por vezes influenciam nas decisões do cotidiano, oportunizando reflexões e novos acertos nessa longa jornada.

O caminho trilhado se compõe a cada instante, sendo compartilhado por inúmeras pessoas que, por razões diversas, acabam se tornando co-autores dessa intrigante história que é a vida.

O agradecimento que faço é destinado para todas essas pessoas que de certa forma estiveram e ainda estão presentes na minha trajetória; enquanto filha, irmã, esposa, amiga, aluna, futura profissional, enfim, enquanto ser humano passível de erros e acertos, alegrias e tristezas, virtudes e defeitos, como somos todos nós.

CAMARGO, Edilaine. **O Programa Habitar Brasil – BID e a participação comunitária: reflexões sobre a forma de implementação na comunidade do morro do Mocotó.** Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a forma como vêm sendo implementado o Programa de **habitação** – Habitar Brasil / BID, a partir de sua execução no âmbito municipal, especificamente na comunidade do Morro do Mocotó, apontando os limites, dificuldades e possibilidades na efetivação do discurso democrático de envolvimento e **participação comunitária**, tendo como base a atuação do Serviço Social no Programa enquanto profissão que tem em seu Código de Ética os princípios que norteiam as ações do profissional. A metodologia para realização do presente trabalho baseou-se em pesquisas documentais e bibliográficas, entrevistas aos técnicos do Projeto, a moradores da comunidade e ao coordenador do CAAP, este último com o intuito de enriquecer o estudo no sentido de ceder informações das experiências vivenciadas sobre o trabalho com os **mutirões autogestionários** realizados no estado de São Paulo, como expressão de uma política que vê o usuário enquanto **sujeito social**, protagonista da sua solução habitacional. Este trabalho conclui que, apesar do Programa Habitar Brasil-BID prever a participação dos moradores durante as etapas de execução do Projeto, somente com a elaboração e efetivação de políticas públicas pautadas na participação popular, e principalmente no nível municipal, por meio de uma **gestão democrática e participativa**, que possibilite a expressão e a concretização da vontade da sociedade civil nas decisões de interesse popular, é que a participação vai se concretizar de forma efetiva num processo de construção da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** habitação, participação comunitária, mutirões autogestionários, sujeito social, gestão democrática e participativa.

## LISTA DE SIGLAS

- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNH - Banco Nacional da Habitação
- CAAP - Centro de Assessoria a Autogestão Popular
- CAP's - Caixas de Aposentadorias e Pensões
- CNMP - Conselho Nacional de Moradia Popular
- COHAB - Companhia de Habitação Popular
- COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital
- DI - Desenvolvimento Institucional
- FMIS - Fundo Municipal de Integração Social
- FNMP - Fundo Nacional de Moradia Popular
- GIDUR – Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano
- HBB - Habitar Brasil BID
- IAP's - Institutos de Aposentadorias e Pensões
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IGEOF - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
- IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
- MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia
- ONG - Organizações Não Governamentais/;
- PEMAS - Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
- PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
- SENAC - Serviço Nacional do Comércio
- SESC - Serviço Social do Comércio
- SMHTDS - Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social.
- UAS - Urbanização de Assentamentos Subnormais
- UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
- UNMP - União Nacional por Moradia Popular

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA HBB .....	34
--	----

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A - FOTOS DOS ENCONTROS REALIZADOS NA COMUNIDADE

ANEXO B - SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE HABITAÇÃO,  
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
FLORIANÓPOLIS – PROJETO BOM ABRIGO

## SUMÁRIO

RESUMO.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	v
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE ANEXOS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	09
<b>CAPÍTULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES PÚBLICAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Antecedentes das ações desenvolvidas frente à questão habitacional.....	12
1.2 A Política Habitacional no município de Florianópolis.....	23
1.3 A contribuição dos Movimentos Sociais Urbanos na questão da habitação.....	26
<b>CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA HABITAR BRASIL - BID NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ.....</b>	<b>33</b>
2.1 Programa Habitar Brasil–BID.....	33
2.2 Histórico da comunidade do Morro do Mocotó – aspectos sócio-econômico e cultural.....	40
2.3 O Projeto Bom Abrigo na comunidade do Morro do Mocotó.....	45
<b>CAPÍTULO 3 - A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO BOM ABRIGO.....</b>	<b>50</b>
3.1 A intervenção do Serviço Social na comunidade.....	50
3.2 Mobilização e organização comunitária: frutos da intervenção de estágio.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS.....	79



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a forma como vêm sendo implementadas as ações públicas no âmbito da habitação, no que diz respeito ao Programa Habitar Brasil BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, focando a participação dos moradores da comunidade do Morro do Mocotó, local onde está sendo implantado o Projeto Bom Abrigo. Para tanto, delineou-se como objeto de estudo a participação dos moradores da comunidade nas etapas de realização do Projeto.

Este estudo constitui-se no resultado da experiência de estágio curricular de Serviço Social, realizado na área da habitação popular, da Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS), da Prefeitura municipal de Florianópolis.

A questão habitacional no Brasil, por anos, tem sido tratada de forma pontual, fragmentada e com caráter emergencial. “Com o acelerado processo de urbanização do país, essa questão ganhou espaço nas discussões, tornando-se peça essencial para as estratégias de governo” (CATARINA, 2003, p. 4).

Apesar da inexistência de uma política habitacional que dê conta de suprir a demanda existente, a concepção de moradia vem se transformando ao longo dos anos, principalmente ao consolidar conquistas como a Constituição Federal de 1988, através de seus artigos 182 e 183<sup>1</sup>, e o Estatuto da Cidade<sup>2</sup>, que regulamenta esses artigos.

---

<sup>1</sup> Artigo 182 trata da política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, tendo como instrumento básico o Plano Diretor.

Artigo 183 oportuniza o direito à terra ao morador que permanecer no terreno (até 250m<sup>2</sup>) por cinco anos de forma ininterrupta e sem oposição, desde que utilizado para moradia própria e que o mesmo não possua outro imóvel.

<sup>2</sup> Lei Federal nº 10.257, aprovada em 10 de julho de 2001.

O Estatuto reúne um conjunto de normas relativas à ação do poder público, privilegia a gestão democrática e oportuniza espaços de participação nas decisões de interesse público.

Através do processo de redemocratização do Estado brasileiro, a participação popular na gestão das políticas públicas passou a ser um mecanismo essencial, entendido como um espaço no qual as questões que afetam o conjunto da sociedade são expressas, debatidas e tematizadas por atores sociais. Esses espaços, ao mesmo tempo em que permitem o exercício do controle público sobre as ações do governo, também tornam públicos os interesses dos que os compõem.

A redemocratização alterou de forma relevante a relação entre o Estado e a sociedade civil, na medida em que possibilitou a criação de novos canais de participação popular, como, por exemplo, o surgimento dos conselhos de políticas sociais.

Sendo esses conselhos instrumentos de expressão, representação e participação popular, têm o desafio de discutir e deliberar sobre determinados temas, buscando consensos e alianças que definam as agendas públicas que representem interesses coletivos, [...] transformando as deliberações em ações do poder público (CARVALHO et al, 2002, p.16).

Frente a realidade atual, a maioria dos governos tem procurado implementar esses conselhos como estratégia de descentralização administrativa e como forma de “incluir” a sociedade civil.

Para o desenvolvimento desse estudo, optou-se pela pesquisa em fontes documentais, bibliográficas e em sites, entrevista semi-dirigida com técnicos do programa, com um representante do CAAP e também com moradores da comunidade do Morro do Mocotó. As entrevistas com os moradores foram realizadas com a finalidade de conhecer a visão das pessoas que, por anos, habitam essa região como forma para compreensão da realidade.

No primeiro capítulo é abordada, de forma breve, a trajetória da política habitacional no Brasil e em Florianópolis, considerando pontos importantes para a compreensão da atual

conjuntura. Da mesma forma é abordado o significado que teve os Movimentos Sociais Urbanos na questão da habitação, esse enfoque é dado a partir de 1970, período em que as lutas e reivindicações se fazem mais presentes, por conta da união e força desses movimentos frente ao descaso do poder público com relação às crescentes demandas principalmente no meio urbano.

No segundo capítulo é realizado um breve resgate histórico do processo de ocupação do espaço urbano na comunidade do Morro do Mocotó. Para isso, são utilizados dados obtidos através de um cadastro realizado na comunidade, em novembro de 2003, por técnicos e estagiários da SMHTDS. As informações disponibilizadas possibilitam compreender as características sociais, econômicas e culturais da comunidade, bem como a dinâmica da vida comunitária. Posteriormente, é apresentado o Programa Habitar Brasil-BID (HBB), seus aspectos positivos, limites e entraves frente à problemática habitacional, sob a ótica da participação e gestão democrática. Ainda, nesse capítulo, é apresentado o Projeto Bom Abrigo Mocotó, integrante do Programa HBB, bem como os fatores facilitadores e dificultadores surgidos já no início do processo de implantação, fase em que se encontra o Projeto.

O terceiro capítulo aborda a intervenção do Serviço Social na comunidade, sua atuação, as atribuições e competências enquanto profissão que oportuniza o acesso às políticas públicas, objetivando a concretização dos direitos sociais. A relação com os moradores, dificuldades e limites existentes nesse processo. Cabe mencionar que para a construção deste capítulo se utilizou depoimentos e informações colhidas junto aos moradores e técnicos do programa HBB. Posteriormente, é descrita e analisada a prática de estágio, vivenciada no desenvolvimento do trabalho intitulado “Sensibilização de lideranças comunitárias”, em que se oportunizou espaços de participação e envolvimento dos moradores da Comunidade do Morro do Mocotó. Por fim, são tecidas considerações gerais sobre os pontos principais apresentados no trabalho.

# **CAPÍTULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES PÚBLICAS NA ÁREA DA HABITAÇÃO**

## **1.1 Antecedentes das ações desenvolvidas frente à questão habitacional**

A questão da moradia no Brasil, não é um problema recente. Está em evidência pelo menos, desde o século XIX, com a chegada de imigrantes ao país. Posteriormente, a tardia abolição, em 1888, proporcionou a liberdade aos escravos, sem oferecer nenhum apoio ou assistência para que aquelas pessoas pudessem viver de forma adequada, o que gerou uma série de dificuldades para aquela população que, sem alternativas, se viu obrigada por várias vezes a agir por conta própria ou aguardar a lentidão e a vontade do Estado.

Entre os inúmeros fatores que, no decorrer da história, influenciaram o processo de formação do contingente populacional que hoje se encontra desprovido de moradia digna, pode-se ressaltar a questão do monopólio da terra por meio da apropriação pelos grandes proprietários, ocorrendo por décadas a exploração e a apropriação do trabalho do colono através da renda da terra, inicialmente na cultura do café. Esse processo envolvia de um lado o proprietário da fazenda e de outro o colono. “São dois tipos antagônicos, que se debatem por entre contradições inconciliáveis, reflexo do predomínio absoluto da propriedade privada dos meios de produção na economia agrária” (MARIGHELLA, 1958, p. 20).

A falta de uma política de distribuição de terras que possibilitasse a democratização da propriedade, permitindo o acesso das pessoas à terra como proprietárias e não como servas também influenciou o processo de exploração e desigualdade no país.

A chegada da industrialização no Brasil, que oportunizou o aumento do número de empregos e, conseqüentemente, o aumento do número de migrantes que se submetiam ao trabalho em condições insalubres na busca de uma vida melhor e a inexistência por parte do poder público de ações voltadas para a área da urbanização e habitação como resposta ao

crescimento das demandas por conta do adensamento populacional, também foram fatores relevantes que incidiram no adensamento populacional das cidades originando o que se denomina na atualidade déficit habitacional.

De acordo com Ribeiro e Pechman (1985), entende-se por déficit habitacional a existência de uma discrepância entre o ritmo de crescimento da população urbana<sup>1</sup> e o da construção de novas moradias. Essa desproporção ocasiona o desequilíbrio entre a oferta e a procura de moradias, gerando o aumento do preço dos imóveis e tornando impossível o acesso a esse bem para certas camadas da população.

Na visão de Ribeiro e Pechman (1985, p. 9),

Se existe “déficit habitacional” é porque grande parte da população urbana brasileira está excluída do mercado da produção de moradias. Sendo duas as razões: de um lado, uma distribuição profundamente desigual da renda gerada na economia e, de outro lado, as condições que regem a produção capitalista de moradia no Brasil, que impõem um elevado preço ao direito de habitar a cidade.

Em uma sociedade hierarquizada e extremamente desigual como a brasileira, é indispensável considerar as particularidades de cada localidade, comunidade ou grupo, sua cultura local, seu aspecto sócio-econômico, priorizando o conhecimento da realidade dos indivíduos que habitam o espaço onde se vai intervir com o objetivo de harmonizar e somar as ações a serem desenvolvidas com o que já está posto, de acordo com as particularidades existentes, ao invés de padronizar as necessidades de moradia para as diferentes realidades e condições apresentadas.

A moradia não se resume apenas a um bem material, mas se encontra intimamente ligada às condições culturais e a outros aspectos da dimensão individual e familiar. Em suma,

---

<sup>1</sup> De acordo com o IBGE, é legalmente considerada urbana toda população residente nas sedes dos municípios e demais áreas definidas pelas legislações municipais

as demandas habitacionais não só são diferentes para os diversos setores sociais como variam e se transformam com a própria dinâmica da sociedade.<sup>2</sup>

A questão habitacional tem em seu cerne uma relação direta com o sistema econômico vigente, ou seja, o desenvolvimento capitalista transforma a sociedade, uma vez que a necessidade de acumulação provoca um desenvolvimento antagônico onde apenas uma minoria, detentora dos meios de produção, consegue colher frutos, enquanto a maioria da população, formada por trabalhadores e operários, convive com o mínimo que lhes é destinado através do seu esforço e trabalho.

Com efeito, a falta de uma distribuição de renda justa e mais equilibrada impossibilita as camadas menos favorecidas de ter o acesso a certas necessidades básicas consideradas de fundamental importância na sociedade atual e consolidadas como direitos, como é o caso da moradia, o que torna essa população alvo da exclusão territorial, assunto que será discutido adiante.

Não se pode, porém, perder de vista a realidade do país, ou seja, o sistema capitalista que rege as ações de forma geral, sobrepondo o econômico ao social, inclusive nas ações do governo.

Assim, no contexto de formação do espaço urbano dentro de uma sociedade que se estrutura sob o modo de produção capitalista, a questão da moradia se constitui num problema social que está relacionado diretamente com interesses econômicos e é portanto, um elemento que se insere num contexto de correlações de forças. (SILVA e SANTOS, 2001, p. 5)

Raquel Rolnik (2002), aborda ainda a questão habitacional sob um outro olhar, não menos importante, que diz respeito à exclusão territorial, fortalecida pelo modo com as políticas na área da habitação e do urbano foram pensadas e aplicadas ao longo dos anos, privilegiando apenas algumas camadas da sociedade.

---

<sup>2</sup> Esta breve análise foi realizada com base no Projeto PNUD-BRA-00/019 – Habitar Brasil/BID – para dimensionar e qualificar o déficit habitacional no Brasil, maio de 2001.

Segundo a autora, uma das características comuns a todas as cidades brasileiras é o fato de todas apresentarem um contraste muito claro, sendo que parte da cidade possui serviços de infraestrutura (esgoto, energia elétrica, asfalto, etc.) e a outra parte, geralmente maior que a primeira, carece de todas essas necessidades, como se existisse uma divisão, uma linha imaginária que separasse essas duas faces de uma mesma unidade. “Esse quadro de contraposição entre uma minoria qualificada e uma maioria com condições urbanísticas precárias relaciona-se a todas as formas de desigualdades, correspondendo a uma situação de exclusão territorial”, uma vez que essa falta de serviços muitas vezes significa a ausência de escolas, creches e postos de saúde, interferindo na rotina dos moradores, que acabam indo buscar esses serviços fora do bairro, sem muitas vezes ter o acesso a esses direitos (ROLNIK, 2002, p. 54).

A atuação do governo no trato da questão habitacional, durante todos estes anos, caracteriza-se pela sua forma inconstante e insuficiente, não levando em consideração a real necessidade da população a que se destina. Pelo contrário, várias foram as ações em que se priorizaram outras questões e interesses que não a habitação.

As ações do poder público, especificamente no estado de São Paulo durante o século XIX, foram mínimas, tendo um perfil controlador e autoritário, existindo somente em razão das condições sanitárias que se deterioravam, dada à expansão e o crescimento populacional.

O Estado liberal relutava o máximo em interferir na esfera privada [...] na habitação, porém, o Estado foi obrigado a atuar de forma mais vigorosa. A (ir)racionalidade da produção capitalista de edifícios, o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, a cargo de empresas privadas, entre outros, passaram a constituir séria ameaça à saúde pública. Por isso, o controle estatal da produção do espaço urbano não só foi aceito como também reivindicado, ainda que predominassem as concepções liberais. (BONDUKI, 1998, p. 27)

Em 1903, um exemplo claro dessa lógica foi a remodelação urbanística do Rio de Janeiro, durante a qual inúmeras habitações foram demolidas, sem que houvesse por parte do governo uma ação reparadora como a construção de novas moradias. A população então

desalojada se viu obrigada a ocupar os pontos mais afastados da cidade, assim como os morros, sem condições financeiras para construir de forma adequada, surgindo dessa forma as primeiras favelas na cidade.

O desenvolvimento do capitalismo industrial e o crescimento econômico no Brasil durante o século XX, concomitante com as crises em diferentes países, fez com que emigrasse para o país uma força de trabalho qualificada na área industrial. Esse fato fez com que os donos das indústrias passassem a construir vilas operárias em massa para os empregados como forma de controle e lucro, pois o aluguel da casa era descontado direto na folha de pagamento do operário e, quando este era demitido ou pedia para sair do emprego, tinha que deixar a residência.

Ter o acesso à moradia, mesmo que fosse alugada, e ao emprego era o desejo de todos os trabalhadores. Entretanto,

A construção dessas moradias operárias é uma necessidade histórica do capital. Com elas o empresário tem o capital variável disponível para movimentar suas indústrias. A força de trabalho não se cansa, [...] há mais energia humana a disposição do capital, [...] a jornada de trabalho pode se estender mais, fazendo com que a mais-valia absoluta cresça. (PERUZZO, 1984, p. 29)

Até o ano de 1930, foram criadas várias tipologias habitacionais para os setores de baixa e média renda, todas construídas através da iniciativa privada. Essas habitações eram destinadas à moradia de aluguel, sendo essa a forma predominante de moradia, uma vez que não existiam sistemas de financiamento para a casa própria.

Somente a partir da década de 30, na gestão de Getúlio Vargas, com a crise na forma de produção rentista<sup>3</sup> e o interesse de diversas áreas e profissionais pela questão da habitação, a sociedade passa a perceber que o Estado deve intervir e criar meios para amenizar o problema da moradia.

---

<sup>3</sup> Produção de casas pela iniciativa privada para locação, com a finalidade de se obter uma renda mensal.



Era amplo, portanto, o leque dos setores sociais que apoiavam com ênfase a intervenção pública no processo de produção habitacional. No plano do aparato estatal, das entidades empresariais, das forças políticas com influência junto aos trabalhadores, dos técnicos e da opinião pública consolidou-se assim a noção de que cabia ao Estado garantir condições dignas de moradia e que, para tanto, era preciso investir recursos públicos e fundos sociais. (BONDUKI, 1998, p. 80)

Com a criação inicialmente dos IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões e posteriormente das CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões, com o uso de recursos previdenciários, foi possível o acesso à moradia através do financiamento, porém esse período foi marcado por ações corporativistas e clientelísticas, sem garantir o acesso a quem realmente necessitava, privilegiando apenas os trabalhadores assalariados.

Durante o segundo governo de Vargas, houve outras tentativas do poder público para amenizar a questão da moradia, como a criação do Banco Hipotecário de Investimento e Financiamento da Habitação Popular, porém a falta de comprometimento do próprio governo impossibilitou novas mudanças.

Em resumo, durante quase vinte anos de intensa urbanização e de agravamento do problema da moradia, sucessivos governos revelaram-se incapazes de formular uma proposta para atender ao leque cada vez mais diversificado de necessidades habitacionais no país. [...] de maneira geral, a produção estatal de moradias, mostram que, no Brasil, a questão nunca esteve no centro das preocupações dos governos populistas. (BONDUKI, 1998, p. 125)

Entre o fim do Estado Novo e a criação do Banco Nacional da Habitação - BNH, foram vários os órgãos estaduais e municipais criados para tentar dar conta da questão habitacional. No entanto, sem uma consolidação estrutural, muitos desses órgãos acabavam por permanecer inoperantes por certo tempo, sem dar conta da demanda existente.

No ano de 1964, o governo federal estabeleceu o Plano Nacional da Habitação e criou o BNH. Um dos objetivos dessa política era retomar o ritmo de crescimento dos diversos setores econômicos, além de incorporar ao mercado de trabalho uma parcela da população que se encontrava parada. Dessa forma, fica claro que o problema da moradia ocupava uma posição secundária nos interesses do poder vigente, sendo usado como forma de

controle social e legitimação do Estado: o trabalhador que conseguisse adquirir seu imóvel seria um a menos na massa popular a protestar.

Esse período foi marcado por uma política centralizada, com pouca participação popular. Com a extinção do BNH em 1986, cria-se um vácuo no que se refere às ações do governo na área da habitação, estimulando com isso a organização de alguns movimentos sociais, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, visando a formulação de uma política nacional de habitação, pois as ações existentes eram ineficientes e não atendiam à real demanda que a cada dia se tornava maior.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 14<sup>4</sup>, permite que possam ser propostos projetos de lei através da iniciativa popular, tendo como requisito um número de assinaturas por estado e também a nível nacional.

Assim, através da organização e articulação de alguns movimentos, principalmente no estado de São Paulo, deu-se início a um processo de construção cuja proposta inicial foi a formulação de um projeto propondo a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular. Esse projeto também propunha a criação do Conselho Nacional de Moradia Popular, com representação dos movimentos populares, do governo e demais seguimentos atuantes no setor da habitação, tendo como objetivo principal garantir recursos para essa nova política que se delineava.

Ao longo do ano de 1991, foram colhidas, em vários estados, cerca de um milhão de assinaturas da sociedade civil, permitindo dar entrada no Congresso à proposta desse projeto de lei de iniciativa popular<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

Esse processo de luta e discussão oportunizou uma série de avanços em muitos estados e municípios. Um exemplo desse processo foi a realização de mutirões autogestionários que se tornaram realidade durante o governo da prefeita Luiza Erundina, no estado de São Paulo.

Em São Paulo eu participei do Governo da Prefeita Luiza Erundina, como assessor da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; nós elaboramos uma política habitacional, com participação popular, com apoio aos mutirões, com urbanização de favelas, com apoio a programas de cortiços, com grande participação popular. Nesse processo, o movimento urbano em São Paulo se fortaleceu, firmando parcerias com várias ONG's e outras assessorias técnicas<sup>6</sup>.

Uma das mudanças provocadas a partir da criação do Ministério das Cidades diz respeito à forma mais integrada com que a política urbana passou a ser discutida. Esse fato não extingue as políticas setoriais, apenas proporciona uma maior articulação entre elas.

A constituição do Ministério das Cidades e a criação do Conselho Nacional das Cidades têm oportunizado espaços importantes de discussão e conquistas no sentido de se criar uma política nacional da habitação, que possa se desdobrar para os Estados e Municípios. A idéia é que haja diretrizes gerais da política nacional da habitação, mas que haja também políticas estaduais e municipais de habitação para a população de baixa renda.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Em novembro de 1991, a proposta do projeto foi entregue ao Congresso Nacional em um ato de massa, onde estiveram presentes mais de quatro mil pessoas de vários movimentos da sociedade civil ligados à questão da moradia.

No ano de 1992, deu-se início à tramitação do projeto em questão, na Câmara dos Deputados. O projeto percorreu todas as comissões, tendo sido aprovado; no entanto, no final do governo de Fernando Henrique, em 2001, alguns deputados ligados à empresários da construção civil colocaram algumas restrições com relação ao projeto, gerando uma nova rodada de negociações, resultando desse processo a elaboração de um substitutivo bastante consensual que, no final do ano de 2002, pouco antes da eleição do governo Lula, foi apresentado; esse substitutivo não chegou a ser vetado, permanecendo parado, sem aprovação ou rejeição.

Com a criação, em 2003, do Ministério das Cidades, retomou-se a negociação e novamente surgiram problemas, desta vez com setores do governo federal, mais precisamente com o Ministério da Fazenda, que não desejava a criação do Fundo.

Diante desse contexto, as entidades organizadas mais uma vez se colocaram de forma a pressionar o governo, através de caravanas, reuniões e negociações. Em 2004 retomou-se o processo de negociação, através de reuniões com os deputados, o Ministério das Cidades, o Ministério da Fazenda e outros representantes do setor de planejamento, tendo sido apresentado um novo substitutivo. Esse substitutivo foi aprovado na Câmara dos deputados e atualmente encontra-se no Senado para avaliação.

<sup>6</sup> L.P. Coordenador Geral do CAAP. Depoimento [set. 2004]

<sup>7</sup> L.P. Coordenador Geral do CAAP. Depoimento [set. 2004]

Entre todos os movimentos de luta por moradia existentes no presente, existem dois que se destacam a nível nacional: a União Nacional por Moradia Popular e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Esses dois movimentos têm se expandido de forma articulada pelo Brasil inteiro. Em Santa Catarina está mais incipiente mas, com o apoio de alguns programas habitacionais como o Programa Crédito Solidário e o apoio técnico necessário, poderão surgir novos espaços de participação, oportunizando um novo caminho a ser trilhado.

Segundo o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Brasil sofreu, nos últimos anos, acelerado aumento da população urbana. O território nacional abriga atualmente 169.799.170 de habitantes; destes, 137.953.959 residem em cidades, ou seja, 81,25% da população brasileira é urbana. Esse crescimento “reflete a inexistência de uma política governamental voltada para o desenvolvimento dos setores produtivos, em especial o agrário, dificultando encontrar o ponto de equilíbrio para a vida nas cidades” (LOPES, 2000 apud CATARINA, 2003 p. 01).

O processo de urbanização que se sucedeu no decorrer dos anos, é considerado por estudiosos como desigual e perverso, uma vez que agrava o quadro de exclusão social estimulando a marginalização, a violência além de ocasionar diversos problemas urbanos, como ocupações em locais distantes do centro, que aumentam o fluxo do tráfego já que os espaços ocupados não oferecem perspectiva de emprego, carência de serviços e equipamentos essenciais, crescimento das favelas, invasões, especulação imobiliária, poluição das águas, solo e do ar assumem grandes proporções. (CATARINA, 2003, p. 06)

Após a implantação de diversos Programas e ações relacionadas à política habitacional, a década de 80 é marcada pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 182 e 183, que compõem o capítulo II Da Política Urbana, artigos estes já mencionados anteriormente.

Contudo, a regulamentação desses artigos só aconteceu em 2001, com a aprovação da lei nº 10.257, que recebeu o nome de Estatuto da Cidade, estabelecendo diretrizes gerais para a política urbana, no intuito de se alcançar o pleno desenvolvimento das funções sociais e

---

da propriedade, onde a população é chamada a fazer parte das discussões no planejamento das ações públicas ou privadas voltadas para a urbanização, regulamentação do uso da propriedade urbana de acordo com o interesse público bem como o equilíbrio do meio ambiente.

Neste contexto, “[...] a questão habitacional, transcende a visão limitada, quando deixa de ser considerada apenas no âmbito da moradia, devendo ser abordada em todas as suas dimensões, integrada à fatores ambiental, social, econômico, cultural.” (CATARINA, 2003, p. 07)

O problema não será solucionado somente com a construção de casas populares mas, indo além,

[...] trata-se de suprir a falta de moradia, alterando também, de maneira decisiva, os mecanismos que geram os principais problemas urbanos, a violência, a marginalidade, a exclusão social, buscando assim, a construção de um sólido tecido social e de uma sólida democracia. (INSTITUTO..., 2000, p.11)

Neste intuito, o Estatuto da Cidade vem suprir a falta de instrumentos capazes de tornar realidade ações antes tão distantes. Resgata instrumentos fundamentais como o estudo de impacto de vizinhança, a ação de usucapião coletiva, o direito de superfície, entre outros, proporcionando uma série de instrumentos e diretrizes para a elaboração de um Plano Diretor que contemple todas as necessidades existentes, para se alcançar a função social que as cidades devem ter.

No entanto, a lei por si só não é suficiente para dar conta das mazelas históricas no campo da habitação, sendo de fundamental importância a compreensão da população a respeito do que é o Estatuto da Cidade e de que forma utilizá-lo. Sem vontade política e mobilização da sociedade civil organizada, essa lei se torna só mais uma a ser usada de acordo com interesses particulares, fugindo ao seu objetivo de criação.

“Esse novo olhar exige o rompimento de paradigmas no que diz respeito à concepção de uma gestão descentralizada, participativa e integrada”, tanto com relação às ações do governo como também à população, que precisa ser estimulada a assumir sua responsabilidade nesse processo. (CATARINA, 2003, p. 07)

É importante destacar que a gestão democrática participativa é fundamental para que a cidade se desenvolva, uma vez que as decisões a serem tomadas devem contemplar as necessidades da população, de acordo com a realidade apresentada; dessa forma, a elaboração e efetivação de políticas pautadas na participação popular proporciona que as decisões sejam tomadas considerando tais necessidades, incluindo as pessoas enquanto sujeitos protagonistas no processo, favorecendo, através desse espaço, o envolvimento dos demais de forma gradativa.

No entanto, esse processo de percepção da real democracia é lento numa sociedade que por séculos foi conduzida de acordo com os interesses de uma minoria que detém o poder e deveria representar a maioria. O que se percebe, de forma geral, como resultado da forma como esse processo de representação se dá no país, é a formulação e aplicação de políticas frágeis e seletivas, além de uma série de ações que privilegiam uma pequena camada da população, deixando à margem, um enorme número de pessoas que só são lembradas como cidadãos nos discursos eloqüentes de uma grande parte dos políticos.

Retoma-se neste espaço a fala de Rolnik, (2002), que analisa as ações do Estado no que diz respeito à urbanização e habitação de acordo com a localização do espaço territorial, concentrando ações e conseqüentemente oportunidades em algumas partes das cidades. Essas ações reforçam o discurso da exclusão territorial, uma vez que estes espaços passam a ser alvo de disputas e da cobiça imobiliária, tornando-se inacessíveis às camadas da população com renda insuficiente que, dessa forma, se sujeitam à ocupação de áreas distantes e desprovidas de infra-estrutura.

Essa situação de exclusão é muito mais grave do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. (ROLNIK, 2002, p. 54).

A exclusão se faz presente em todos os níveis e aspectos, contribuindo para a consolidação de um caminho que tem em seu percurso poucas opções de escolha, estimulando assim o acesso a bens materiais por outros meios como o tráfico de drogas, furto, roubo e outras ações que geram frutos como o aumento da violência, a procura por drogas, o aumento da evasão escolar e tantas outras formas de se perpetuar a exclusão numa sociedade “moldada” por anos pelo sistema vigente, onde o indivíduo é considerado capaz e responsável por sua ascensão ou derrota, uma vez que as possibilidades estão postas.

Nessa sociedade, o aprendizado do real significado do termo democracia, numa perspectiva de soberania popular, ainda é uma semente a ser semeada em todos os espaços, fecundos ou não. Neste último, o trabalho se torna mais árduo, pois é preciso tornar o ambiente fecundo por meio de trabalhos sócio-educativos, diálogo e assessoria técnica, oportunizando o conhecimento de experiências de luta, na perspectiva de que a semente a ser plantada possa germinar e gerar como fruto uma sociedade onde as ações a serem executadas realmente contemplem a vontade da maioria dos cidadãos que a compõem, num processo legitimamente democrático e transparente que proporcione a inclusão social.

## **1.2 A Política Habitacional no município de Florianópolis**

Florianópolis, como tantos outros municípios, não possui grande experiência no trato da questão habitacional. A primeira intervenção da Prefeitura ocorreu em 1978, com a

construção do Conjunto Sapé que, por falta de estrutura institucional do município, foi assumido posteriormente pela Companhia de Habitação - COHAB, que, por anos, exerceu o papel de executora na área da habitação tanto a nível estadual como municipal, especialmente através de programas de construção de conjuntos habitacionais populares ou de regularização fundiária em áreas de interesse social.

Entre os anos de 1989 e 1993, por força da pressão social e da mobilização popular, com o apoio de movimentos ligados à moradia para a população de baixa renda, a prefeitura voltou a intervir na questão habitacional, realizando um cadastramento das áreas consideradas de interesse social e a caracterização sócio-econômica dos moradores dessas áreas, obtendo como resultado desse trabalho, um documento intitulado “Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis”. Este documento teve como objetivo oportunizar o conhecimento da real situação do município e servir de base informativa para a viabilização de soluções para essa questão. Através desse documento foram identificadas no município 46 áreas de interesse social sendo que destas, 29 encontram-se situadas na ilha e 17 no continente. Nessas áreas estimou-se que viviam na época cerca de 32 mil pessoas com perfil sócio-econômico abaixo da linha de pobreza.

Paralelo a esse período, foi criado o Fundo Municipal de Integração Social - FMIS, instrumento de natureza contábil, com a responsabilidade de financiar os empreendimentos e ações nas áreas de habitação e desenvolvimento social.

Entre os anos de 1997 e 2000, vários foram os projetos habitacionais implantados pelo município, através de recursos próprios e ainda recursos do governo federal (Programa Habitar Brasil) e estadual. Entre eles destacam-se o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, localizado no bairro Saco Grande, em que foram construídas 205 habitações; o Conjunto Habitacional Abraão, no bairro Abraão - continente, atendendo 177 famílias e o Conjunto



Habitacional Vila União, que deu continuidade ao projeto iniciado em 1996, com a construção de mais 159 moradias.

Ainda em 1997, através de recursos próprios e do Programa Habitar Brasil, iniciou-se a construção de 140 habitações no Bairro Monte Cristo, atendendo famílias das comunidades Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte e Chico Mendes. Posteriormente, o município apresentou uma proposta ao governo federal, para o atendimento às comunidades carentes da região do continente pertencente a Florianópolis, o Maciço do Morro da Cruz e parte do Morro do Saco Grande, tendo sido aprovada somente a proposta referente a parte da região do continente, na comunidade Chico Mendes, onde o Programa Habitar Brasil desta vez, com a participação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, passou a ser implantado a partir do ano de 2001.

Com a implantação do Programa Habitar Brasil-BID, o município teve que rever seus instrumentos e mecanismos, aliando as diretrizes da administração pública municipal às exigências do Programa, criando assim a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social - SMHTDS em 2001.

A partir de então, com base na matriz do Plano Estratégico de Assentamentos Subnormais - PEMAS e nas discussões realizadas em seminários relacionados à questão da habitação, ficou clara a necessidade do estabelecimento de uma política municipal da habitação, sendo elaborado, a partir de fóruns de debates, um documento de diretrizes para a proposição da criação desta política.

Uma das ações que vêm sendo discutidas a partir da criação da SMHTDS, através de reuniões com técnicos dessa instituição, membros do IPUF, representantes da UFSC e outros órgãos da sociedade civil, diz respeito a esse documento que foi apresentado ao Colegiado Municipal em maio de 2001 para as considerações dos membros da Prefeitura Municipal.

Dessa forma, fica claro que o município de Florianópolis ainda não constituiu um plano próprio de ações no setor da habitação, atuando através de parcerias e programas específicos a nível federal, como é o caso do Programa HBB.

A inexistência de uma política pública elaborada de forma participativa, junto à sociedade, que possa ceder espaço atendendo as reivindicações e necessidades tanto das pessoas enquanto moradores, como da cidade enquanto um bem que deve ser acessível a todos, impossibilita a continuidade das ações, seja pela questão partidária, pelos jogos de interesse ou pelas prioridades de cada gestão.

As ações para a formulação de um plano específico do município que trate a questão da habitação ainda são incipientes, e necessitam de um maior envolvimento tanto dos profissionais que atuam nesse campo quanto da população, para que as decisões futuras reflitam o interesse coletivo e a realidade da pessoas a quem se destinam.

Para isso, faz-se necessário que o Estado assumira uma postura mais democrática, legitimando os canais de participação existentes e criando outros. Nesse sentido, cabe ressaltar as iniciativas da sociedade civil organizada através de movimentos e organizações como a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO, o Fórum da Cidade, o Fórum do Maciço do Morro da Cruz, as ONGs e demais Movimentos Comunitários que têm fomentado discussões e lutas pelo direito de participação nas decisões políticas de interesse da sociedade civil.

### **1.3 A contribuição dos Movimentos Sociais Urbanos na questão da habitação**

As ações desenvolvidas pelo poder público no trato da questão habitacional, como visto anteriormente, apresentam-se de forma insatisfatória frente à dinâmica das relações sociais e da própria sociedade. A falta de políticas sociais integradas e de um trabalho em rede

que atenda as diversas camadas presentes na sociedade, principalmente as camadas de baixa renda, gera o descontentamento da população ao mesmo tempo em que estimula a sociedade civil a unir forças e se organizar, intervindo no curso das políticas públicas até então planejadas e desenvolvidas de acordo com o interesse do Estado.

É em meio ao espaço de conflito que se destacam os Movimentos Sociais Urbanos que, na busca de soluções para interesses coletivos, passam a expressar a realidade e necessidades dos sujeitos a quem as políticas se destinam, apontando para uma nova concepção na formulação de políticas sociais.

Compreendendo a importância dos Movimentos Sociais Urbanos na luta por conquistas históricas, possibilitando a efetivação de direitos até então inexistentes ou não concretizados na prática, abre-se aqui um espaço para fazer menção ao seu significado e contribuição no avanço da política de habitação popular, dando ênfase às organizações comunitárias de bairros, que estiveram profundamente envolvidas nesse processo, como até hoje se verifica.

O processo de industrialização tardia no Brasil foi um dos motivos que levou ao crescimento populacional nas cidades. Para compreender melhor esse processo é interessante se reportar brevemente à fase da economia colonial brasileira.

Conforme discorre Oliven (1982 apud BARCELOS, 2003, p. 9):

[...] o Brasil se tornou independente de Portugal quando sua economia de mineração estava declinando e num período de transição para a cafeicultura na região centro-sul. Na segunda metade do século XIX, período de crescimento das exportações de café, aumentou a mão-de-obra na agricultura de exportação, contrapondo com o declínio das atividades de subsistência e manufatura. A isto se deve acrescentar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado e o crescimento das cidades devido às atividades de exportação.

A partir desse período, inicia-se então o processo de industrialização da produção, que vai incidir de forma significativa no processo de urbanização das cidades, ocasionando

inúmeros problemas sociais, com relação à saúde, à valorização da terra, ao adensamento populacional e principalmente à questão da moradia.

No entanto, é a partir de 1970 que se destacam as experiências relativas à organização de movimentos sociais urbanos na sociedade civil.

Conforme cita Gohn:

No Brasil, a temática dos movimentos sociais urbanos surge como objeto central de investigação entre alguns cientistas sociais, na década de 70, num momento histórico em que estes movimentos começam a se projetar na cena política por dois motivos básicos: um de ordem estrutural – o agravamento da falta de condições de infra-estrutura urbana e o rebaixamento salarial, portanto o aumento da exploração econômica e da espoliação urbana. O segundo motivo era de ordem conjuntural – o regime político-militar e a ausência ou repressão de espaços já tradicionais de participação popular. (GOHN, 1991, p. 33)

Nesse período, as antigas Sociedades Amigos de Bairros – SABs, caracterizadas pelo vínculo a políticos que em época eleitoral pleiteavam votos para o partido em troca de melhorias na comunidade, se desestruturaram em parte, com o regime político em vigor, cedendo espaço ao novo movimento, desta vez vinculado à Igreja Católica.

A situação de carência econômica gerada pelo arrocho salarial e a pauperização dos recém-formados bairros periféricos, gerados pelo mecanismo de especulação imobiliária e a expulsão para novas áreas, foram os germes iniciais da aglutinação das camadas populares. A falta de espaço para discutir os problemas e o medo da repressão fizeram com que o manto protetor da Igreja se tornasse a saída possível na busca de soluções para as questões cotidianas. (GOHN, 1991 p. 54)

Muitas dessas organizações comunitárias de bairro foram, aos poucos, constituindo um processo de ruptura quanto à tutela dos “profissionais da política” ligados às diretrizes sindicais e aos partidos políticos de corte conservador. Paralelamente a esse processo, essas organizações foram se estabelecendo como um movimento social nas articulações com os demais movimentos sociais urbanos.

Dessa forma, a população excluída e marginalizada pelo sistema econômico passa a se organizar buscando, através dessas organizações, conquistar um espaço de reivindicação na

sociedade, com o objetivo de torná-la mais justa e democrática, de forma que a cidadania, a justiça e a inclusão social se tornassem uma marca presente no cotidiano.

A somatória das lutas das organizações comunitárias por melhores condições de moradia e infra-estrutura, bem como as lutas sindicais por melhores condições de trabalho e salário, entre tantos outros segmentos desprotegidos a margem da sociedade, faz surgir o novo perfil dos movimentos sociais populares, que se constitui em “sujeito coletivo”, noção esta definida por Sader:

[...]a noção de sujeito coletivo [...] indica uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas. (SADER, 1988, p. 11)

É através do processo de luta coletiva, na reivindicação e conquista de direitos, que os indivíduos se percebem enquanto parte integrante e essencial de um grupo ou movimento, desde que este seja entendido como um espaço autônomo, onde a solidariedade e senso de justiça se fazem presentes nas ações e discussões. É aí que se destaca

[...] o novo sujeito social; como sendo os movimentos sociais populares nos quais os indivíduos antes dispersos e privatizados passam a definir-se e reconhecer-se de forma mútua, decidindo e agindo em conjunto e se redefinindo a cada resultado decorrente das decisões e ações realizadas. (SADER, 1988, p. 10)

De acordo com Gohn, (1991), essa retomada dos movimentos sociais em relação às manifestações populares não ocorreu de forma espontânea, mas sim com a assessoria de vários setores organizados da sociedade, como profissionais liberais, representantes religiosos e sindicalistas, entre outros, que apresentam forte comprometimento com o processo emancipatório dos sujeitos das camadas populares.

A sociedade civil passa a reivindicar o direito de poder se manifestar com ações expressivas, de caráter democrático, decorrentes das mudanças políticas ocorridas no país.

Conforme Vaz:

Ao mesmo tempo que a sociedade brasileira começava a sentir as nefastas conseqüências de uma prolongada ditadura militar, um intenso debate de idéias acontecia nas instituições políticas, educacionais, artísticas e sindicais, [...] discutiam-se aí os rumos do país e pregava-se uma nova ordem mas, em especial, buscava-se encaminhar soluções para os graves problemas sociais que atingiam principalmente o dia-a-dia das populações que habitavam a periferia de nossas metrópoles, [...] o crucial problema da habitação não tardou a ocupar o centro dos debates e das preocupações de algumas lideranças. (VAZ, 2003, p. 10)

Na continuidade da trajetória da luta da sociedade civil organizada na formulação das políticas públicas, ressaltam-se os movimentos pela moradia, que se visibilizam a partir do início dos anos 80, fortalecendo-se no processo de implantação da Assembléia Constituinte, e culminando na luta pelo direito à cidade a partir de uma reforma urbana, discutida democraticamente com os diversos setores da sociedade, como um imperativo na batalha contra as desigualdades sociais que já se mostravam de forma grave nos grandes centros urbanos.

Segundo Almeida Silva (2002), entre os anos de 1985 e 1988, os laços já existentes no vasto e heterogêneo campo dos movimentos populares se intensificam no Brasil. Neste período, os múltiplos movimentos procuram se articular para respaldar projetos de lei para a formulação da Constituição, promulgada em 1988.

Nesse contexto, surge o Movimento de Reforma Urbana, formado a partir da união de vários movimentos, entre eles os movimentos por moradia, ONG's, intelectuais vinculados à temática urbana e também entidades classistas, tendo como principal objetivo “[...] a construção de uma proposta de lei a ser incorporada na Constituição, tornando-se parâmetro para a intervenção do poder público no espaço urbano, [...] marcado por desigualdades sociais de várias ordens”. Posteriormente, esse movimento transformou-se no Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU.

O significado que essa articulação legou ao campo das organizações sociais inseridas na temática urbana foi o de que era possível construir um ator coletivo e a partir dele conferir visibilidade ao tema da reforma urbana na sociedade brasileira. (ALMEIDA SILVA, 2002, p. 145)

Como conquista desse processo de luta e organização, a questão urbana se faz presente na Constituição através dos artigos 182 e 183. Apesar dos artigos não terem sido aprovados e incorporados em sua íntegra, ressalta-se aí um grande avanço no processo democrático que se instalava no país.

A Constituição também acolheu a necessidade e a importância da criação de mecanismos de participação da sociedade na gestão da cidade além da abertura aos cidadãos, oportunizando a participação na elaboração das Leis Orgânicas Municipais e nas Constituições Estaduais, delegando aos municípios novas funções e responsabilidades que antes eram de natureza estadual ou federal.

Após a promulgação da Constituição, o FNRU passou a prestar assessoria às organizações sociais locais e a realizar outras articulações a nível nacional e internacional que fortaleceram e consolidaram o FNRU como interlocutor no Brasil para a questão da reforma urbana.

A descentralização oportunizou que alguns municípios pudessem minimizar as necessidades e desigualdades sociais, através de uma administração coerente e ética, no que tange ao orçamento e planejamento das ações desenvolvidas. Mas, de forma geral, o que se observa é que muitos não conseguem dar conta do mínimo necessário para a população, em função de ações mal planejadas, desvio de verbas, politicagem e uma série de outros fatores que diariamente são expostos na mídia e nefastamente fazem parte do cotidiano dos cidadãos.

Atualmente, o avanço do capitalismo, a flexibilização do trabalho, a reforma do Estado, entre outros fatores que interferem diretamente na dinâmica da sociedade, trazem conseqüências nefastas que se traduzem no individualismo e na fragmentação da sociedade como um todo.

As sociedades ficaram mais diversificadas e individualizadas, mas também muito mais mercantilizadas. Tornaram-se ambientes tensos e competitivos, onde predominam condutas fechadas em si, pouco dialógicas e muito desagregadas. Sobre a base de uma diminuição do peso relativo dos grandes sujeitos históricos da sociedade capitalista (a classe operária), que

funcionava como vetor de unificação social, projetou-se um amplo conjunto de “novos sujeitos” que, em sua ação, nem sempre conseguem se unificar. (NOGUEIRA, 2003, p. 216)

Entretanto, é possível perceber que as diversas expressões da sociedade civil organizada continuam se mobilizando, dando visibilidade às suas lutas por meio das passeatas em protesto contra o aumento das tarifas de ônibus, dos atos públicos de categorias profissionais em função de reajustes salariais, das ocupações organizadas de prédios públicos e privados que se encontram desocupados nos centros das cidades, entre tantas outras formas de manifestação que continuam se repetindo na trajetória de luta da sociedade civil organizada.

Na Comunidade do Morro do Mocotó, pode-se perceber que as reivindicações dos moradores são pensadas enquanto necessidades pontuais, não havendo uma articulação com as demais organizações comunitárias no sentido de se pensar a cidade como um todo. Estabelece-se, assim, a necessidade de uma aproximação maior entre o conselho comunitário e os grupos atuantes na comunidade junto às demais entidades comunitárias e movimentos sociais, na perspectiva de conciliar a busca de reconhecimento e atendimento às necessidades pontuais com lutas mais gerais e coletivas.

Dentre as entidades de representação comunitária existentes em Florianópolis, nomeia-se como exemplo a UFECO, por seus protestos públicos quanto às irregularidades administrativas da atual gestão do município, no que diz respeito a mudanças de zoneamento e aprovação irregular de loteamentos e de favorecimentos privados, bem como o Fórum da Cidade, por se caracterizar como um espaço público, democrático e suprapartidário que tem por objetivo a luta pela preservação e sustentabilidade sócio-econômica e político-ambiental da cidade.



## **CAPÍTULO 2 - O PROGRAMA HABITAR BRASIL-BID NA COMUNIDADE DO MORRO DO MOCOTÓ**

### **2.1 Programa Habitar Brasil-BID**

O Habitar Brasil-BID teve início no governo do presidente Itamar Franco, com o apoio do BID e dos municípios. É um programa nacional de urbanização de assentamentos sub-normais, tendo como objetivo promover a qualidade de vida de famílias de baixa renda que residam em aglomerados urbanos e capitais de estados com índices populacionais maiores que cinquenta mil habitantes, investindo na recuperação de áreas degradadas ou assentamentos sub-normais ocupados predominantemente por população com renda de até três salários mínimos.

Sua estrutura organizacional permeia, de forma geral, quatro níveis institucionais (BID, Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e municípios), sendo vários os setores envolvidos nesse sistema.

De acordo com a descentralização administrativa, os municípios ficaram responsáveis pela elaboração, implementação e execução dos projetos após a aprovação da Caixa Econômica Federal, que também tem como função operacionalizar os contratos, acompanhar a execução e o repasse dos recursos, que são procedentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e também do próprio município.

O Ministério das Cidades tem como função ser o órgão gestor, definir diretrizes, aprovar, acompanhar, avaliar e supervisionar os projetos. Nessa instância, são definidas as orientações operacionais para elaboração e implementação do programa.

A Unidade Municipal Executora tem como responsabilidade o acompanhamento das obras, dos trabalhos sociais, a gestão participativa com a comunidade e providências

administrativas. A equipe deve ser formada por representantes das diversas áreas de atuação do executivo, tendo seus representantes definidos pela prefeita municipal através de um decreto.

O fluxograma que segue facilita a visualização,

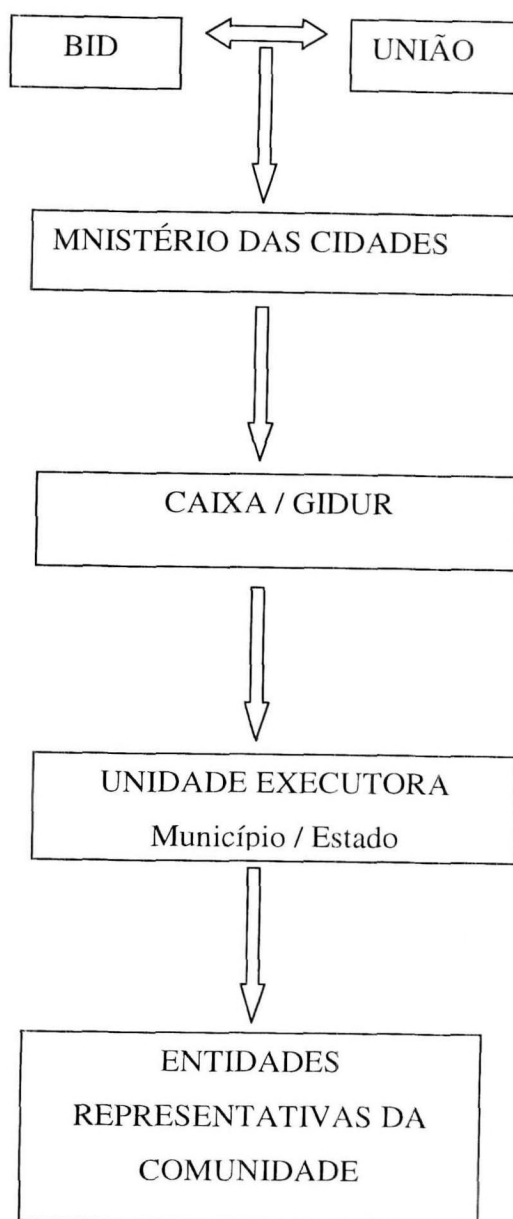


Ilustração 1 – Fluxograma das instituições envolvidas no desenvolvimento do Programa HBB  
 Fonte: Programa Habitar Brasil-BID – Reflexões sob a ótica sistêmica, CATARINA, 2003, p. 14

Considerando o insuficiente preparo de muitos municípios com relação à complexidade da questão habitacional, o Programa Habitar Brasil – BID é formado por dois

subprogramas: Desenvolvimento Institucional – DI e Urbanização de Assentamentos Subnormais - UAS

O subprograma Desenvolvimento Institucional tem como objetivo a ampliação e atualização da capacidade institucional dos municípios, para que estes possam atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, através da criação e aperfeiçoamento de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais, possibilitando a regularização de assentamentos subnormais. Objetiva também a capacitação técnica dos profissionais que atuam na execução do projeto. Cabe ainda ao subprograma DI proporcionar condições para a ampliação da oferta de habitações de custo acessível e criar estratégias de controle e desestímulo à ocupação irregular de áreas.

O subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais tem como objetivo a implantação coordenada dos projetos de urbanização de assentamentos subnormais, abrangendo a regularização fundiária, a recuperação do meio ambiente e a implantação de infra-estrutura, buscando a efetiva participação e organização da comunidade nas ações desenvolvidas pelo projeto. Para dar conta dessas ações, tendo em vista o envolvimento comunitário e o desenvolvimento social, foi elaborado um projeto intitulado Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, que atua em três macro-ações: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda. Este assunto será abordado de forma mais clara no terceiro capítulo, por se entender que é principalmente neste espaço que se dá a inserção do Serviço Social.

Florianópolis foi o primeiro município a assinar um convênio com o Programa Habitar Brasil-BID, porém a falta de uma estrutura institucional consolidada e de um planejamento habitacional adequado à cidade, assim como a incerteza da aprovação da proposta enviada pelo município, dificultou a implantação do programa, uma vez que os projetos tanto na área de engenharia como na área social são elaborados pelos profissionais da

prefeitura de cada município, dentro das diretrizes do programa, para atender a comunidade a quem se destinam os projetos.

O fato de o programa estar se estruturando a nível federal também influenciou o seu processo de implantação no município, originando dificuldades com relação à comunidade, pois não se tinha garantia de que as discussões realizadas com os moradores seriam realmente levadas adiante, gerando expectativa e, ao mesmo tempo, descrédito com relação ao programa.

Dessa forma, quando houve a aprovação da proposta e a liberação dos recursos, os profissionais tiveram aproximadamente três meses para desenvolver o projeto a nível municipal e apresentá-lo para avaliação dos órgãos competentes.

Após anos de luta e pressão junto ao sistema público na busca da efetiva participação da sociedade que, mesmo sendo parte interessada nas ações do governo no trato da questão habitacional, por décadas foi tratada de forma irrelevante, o Programa HBB, em suas diretrizes, contempla esse aspecto, uma vez que a comunidade passa ter um papel fundamental no processo a ser desenvolvido, através dos moradores que são os destinatários da política habitacional.

As normas do Programa HBB, recomendam a participação comunitária nas etapas de execução do projeto, mas é necessário refletir sobre a forma como se consolida ou não a participação dos moradores enquanto sujeitos sociais da política que se apresenta. Até que ponto o usuário realmente pode e deve participar no processo de execução do projeto, e de que forma a participação preconizada pelo programa acontece nas comunidades onde este é desenvolvido? Este é um dos desafios que vêm sendo enfrentados pelos profissionais principalmente da área social, que atuam diretamente na comunidade.

Segundo Marcos Kisil (1997), dentre as formas de participação existentes, existem duas grandes categorias de interpretação: uma entende a participação como um meio e a outra compreende a participação como um fim.

No primeiro caso, a participação é vista como uma forma de usar a comunidade para obter propósitos já fixados:

Os resultados da participação são mais importantes que o ato da participação. É um modo de ver a participação como uma técnica de gerência que pretende cooptar cada indivíduo, ou toda a comunidade para com sua participação facilitar o sucesso de uma ação. (KISIL, 1997, p. 149)

A outra forma de participação é vista como fim em si própria; sua essência está no processo no qual

[...] a confiança e a solidariedade entre as pessoas são estabelecidas. [...] é vista como um meio de capacitar as pessoas a se tornarem mais diretamente envolvidas [...] a participação como um fim em si mesmo pressupõe o estabelecimento da influência ou envolvimento de baixo para cima. (KISIL, 1997, p. 149)

Dentro dos limites da política a ser aplicada, foram criados espaços de discussões através de assembléias e reuniões com os moradores a fim de se apresentar o projeto e receber sugestões. Entretanto, apesar dessa iniciativa não se conseguiu atingir de forma efetiva a participação dos moradores, pois muitas famílias não se dispuseram a participar das reuniões, deixando de expressar sua opinião com relação ao projeto apresentado.

No caso da comunidade do Morro do Mocotó é importante destacar que, os moradores identificados como beneficiários puderam optar ou não pela nova moradia; no entanto, tiveram que se adaptar ao modelo-padrão de habitação oferecido. Esse fato, somado a outros pode vir a afetar o processo de implantação do projeto e principalmente a comunidade, gerando diversos problemas no pós-ocupação<sup>8</sup>, como a degradação das casas, a troca ou venda

---

<sup>8</sup> Termo usado a partir do momento em que o morador passa a ocupar a habitação.

dos imóveis, a insatisfação das famílias em função do tamanho das habitações, e também a própria aceitação dos moradores da região e entorno com relação ao projeto.

O que se percebe na experiência da implantação do Projeto na comunidade Chico Mendes é que o vínculo existente entre a população atendida e o poder público permanece, ou seja, as pessoas recebem a casa, mas não se dão conta de que são responsáveis por ela; quando alguma coisa se estraga, recorrem à prefeitura para que seja feito o conserto. O morador não consegue ter o sentimento de pertencimento, ou seja, do indivíduo sentir-se responsável pelo lugar onde mora, pela comunidade onde vive. Essa percepção seria mais fácil se ele fizesse parte do processo desde o primeiro momento e pudesse optar, escolher, idealizar, dentro das possibilidades existentes, a sua moradia.<sup>9</sup>

Para que isso aconteça, é preciso ir além; é preciso que novos espaços de discussão sejam criados, e que a sociedade seja estimulada a participar, principalmente no âmbito do governo, onde normalmente as políticas são formuladas. Através destes espaços, as necessidades existentes serão trazidas à tona e discutidas pela sociedade civil, durante todo o processo, desde a sua elaboração, até as fases de implantação e avaliação, para que se tenha o alcance real de sua aplicação.

Para isso, faz-se necessária, a implantação e regulamentação de vários instrumentos que hoje já existem, mas que poucos municípios se dispuseram a utilizar, como por exemplo a criação dos conselhos locais (de segurança, habitação, educação, saúde, entre outros) e a regulamentação do Estatuto da Cidade.

É importante salientar que as famílias inseridas no Projeto Bom Abrigo<sup>10</sup> Chico Mendes vêm passando por um intenso processo de transformação, uma vez que as alterações

---

<sup>9</sup> Esta breve análise foi realizada com base nas falas e depoimentos dos técnicos do programa durante o período de estágio na instituição.

<sup>10</sup> Consta cópia da síntese do projeto no anexo.

realizadas na comunidade são de grande amplitude, como o alargamento e a criação de novas ruas, a ampliação na rede de esgoto, a construção de novas moradias e o remanejamento de famílias, entre outros, implicando em diversos fatores relacionados diretamente ao cotidiano dos moradores, seus costumes, cultura, relacionamentos, enfim, fatores que devem ser analisados, discutidos e trabalhados com os moradores anteriormente à implantação de um projeto, para que as ações executadas posteriormente gerem o menor conflito possível e atendam a real necessidade da comunidade.

A realização de reuniões e assembléias com os moradores, na fase anterior à implantação do projeto na comunidade Chico Mendes oportunizaram algumas sugestões e mudanças com relação à metragem das casas e ao modelo-padrão, de acordo com as necessidades das famílias. Apesar da importância desse fato, não há como considerá-lo uma vitória pois, apesar dessas mudanças, o projeto não conseguiu contemplar todas as necessidades e expectativas dos moradores, tendo em vista os limites tanto do programa quanto da própria estrutura institucional, que afetaram desde a elaboração até a execução do projeto.

Em São Paulo, uma das formas de trabalhar a participação se deu através da realização de programas de construção através de mutirão, onde as pessoas tiveram a oportunidade de se envolverem e participarem de forma efetiva em todas as etapas do programa.

A idéia do mutirão autogestionário é que as pessoas, as famílias de baixa renda que tenham problemas habitacionais, se juntem, constituam um grupo ou associação, se constituam juridicamente e contratem uma assessoria técnica multidisciplinar, e lutem juntos para conseguir recursos para financiar os mutirões tanto a nível municipal quanto estadual e federal. Isso significa a descentralização da política habitacional<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> L.P. Coordenador Geral do CAAP. Depoimento [set. 2004]

Nessa perspectiva, essa política pautada no princípio da autogestão provoca a participação da população envolvida na resolução do seu problema habitacional, como também fortalece os grupos, no sentido de ampliar a sua experiência de luta coletiva para outras lutas sociais e políticas (como saúde educação, segurança e trabalho, entre outras), reivindicando políticas públicas tanto do município e do estado como também do governo federal.

## **2.2 Histórico da Comunidade do Morro do Mocotó – seus aspectos sócio-econômico e cultural**

O Morro do Mocotó está localizado no Maciço Central de Florianópolis, disposto no sentido norte-sul, na parte central do lado oeste da Ilha de Santa Catarina. A trajetória de ocupação humana do Morro do Mocotó teve início no século XIX, quando os escravos libertos, sem condições financeiras para aquisição de terrenos e moradia, procuravam o morro como única opção acessível às suas condições. Essa ocupação se deu de forma gradativa, partindo da base do morro em direção ao topo.

Após um longo período de tempo sem muito adensamento populacional, o morro passou a ser ocupado por famílias de outros municípios. No entanto, de acordo com o recadastramento das famílias realizado pelos técnicos da PMF em novembro de 2003 na comunidade, a grande maioria das famílias, 4,86% são originárias do município de Florianópolis, 3,01% são da Grande Florianópolis, 10,66% são do interior de Santa Catarina e somente 4,65% são procedentes de outros estados.<sup>12</sup>

A denominação “mocotó” está relacionada com a refeição barata e rica em calorias que era amplamente consumida pelos moradores e também pelos operários que atuavam em

---

<sup>12</sup> 6,83% das famílias não responderam.



diversas obras em execução pela cidade, inclusive na Ponte Hercílio Luz, relativamente próxima ao morro.

Antes do ano de 1980, não houve nenhuma iniciativa de regularização fundiária da ocupação dos morros. Somente a partir do referido ano é que a COHAB tomou a iniciativa de repassar títulos provisórios de propriedade da terra a algumas famílias do Morro do Mocotó. O restante dos terrenos, de propriedade da COHAB, encontram-se em processo de transferência para a Prefeitura junto ao Patrimônio da União.

De acordo com o trabalho realizado, foram recadastradas 366 famílias, com uma população de aproximadamente 1329 habitantes que ocupam 346 domicílios.

Dessa população, 5,39% com idade acima de 15 anos são analfabetos, 22,22% cursaram apenas as quatro primeiras séries do ensino fundamental e apenas 20,31% concluíram ou estavam cursando o ensino médio.

Grande parte da população economicamente ativa (57,22%) encontra-se distribuída em atividades que não exigem qualificação profissional. Destes, 44,14% trabalham de maneira informal. A falta de qualificação influencia diretamente na remuneração, que por vezes é baixa.

O carnaval é um elemento significativo para a comunidade. A tradição remonta a 1948, quando foi criada a Escola de Samba Protegidos da Princesa.

O trabalho desenvolvido no período de Carnaval pelas costureiras, na elaboração de fantasias para sambistas que compõem os blocos da Escola de Samba, e dos artesãos que produzem as diversas alegorias, demonstra a capacidade produtiva da comunidade nos segmentos de vestuário e artesanato, que futuramente será objeto de projetos de capacitação profissional e geração de trabalho e renda. (PROGRAMA..., 2003, p. 39)

Nas entrevistas realizadas com alguns moradores, foi possível observar o saudosismo nas falas, na descrição de como era a comunidade quando vieram morar nela, a

liberdade e tranquilidade em poder passear em qualquer horário, deixar as casas abertas, os bailes existentes, sem brigas e violência. Também foi possível identificar o sentimento de medo presente, quando disseram que hoje isso não existe mais, que se privam dos passeios e compromissos em função dos horários e também falaram da falta de integração entre os moradores mais antigos (idosos) e os mais jovens.

Antigamente parece que tinha mais pobreza, era uma favela, hoje não se pode dizer que é favela, hoje são tudo casinhas boas, antes as casas eram de caixote, não tinham água encanada, calçada, mas as pessoas eram mais unidas, a convivência era melhor, mais tranquila, hoje é mais lixo, mais drogas, mais violência, hoje a gente deixa de sair à noite, sozinha a gente não vai.<sup>13</sup>

As manifestações e crenças religiosas se expressam através de dois Centros de Umbanda, dois locais de Culto Evangélico, uma Igreja Católica e uma Igreja Evangélica.

Com relação à participação dos moradores, pôde-se perceber, durante o período de estágio, a existência de grupos organizados na comunidade; grupos de dança, grupo de mulheres, grupo de idosos, capoeira, time de futebol e também o conselho comunitário. Nas atividades desenvolvidas pela PMF através do Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, sempre se procurou envolver representantes desses grupos; mesmo assim, em diversas atividades realizadas não houve participação dos mesmos.

Com relação ao Conselho Comunitário da Prainha, este foi criado em 1977, ainda no período de regime militar, ano em que foi criado o primeiro decreto pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis, dando início ao processo de formalização jurídica das entidades associativas, objetivando a normatização das atividades de prestação de serviços à população.

Conforme Machado (1997), essa ação teve como principal objetivo o controle social do Estado sobre as ações e reivindicações populares, a homologação dos membros eleitos

---

<sup>13</sup> E.A. moradora da comunidade. Depoimento [set. 2004]

para a comissão de diretoria (que deveria ser realizada pelo próprio governador) e a marginalização das entidades já existentes que resistissem em se enquadrar nas normas que compunham o decreto. Ficando clara a intenção do governo de ter total conhecimento e controle das ações a serem desenvolvidas pelos conselhos comunitários.

Essa constatação leva a supor que o contexto em que foi criado o Conselho Comunitário da Prainha, numa época em que a formação dos conselhos acontecia de forma vertical, imposta pelo Estado, representa a falta de total identidade entre a comunidade e o conselho, o que o torna uma entidade frágil, sem uma repercussão maior na comunidade. Apesar de sua existência, as atividades desenvolvidas não ocorrem de forma a legitimar o conselho enquanto tal, uma vez que os moradores não tem conhecimento da realização das assembléias e, quando há reuniões, somente a diretoria participa. A comunidade não é chamada a fazer parte desse processo e, por outro lado, não há interesse visível dos moradores em reivindicar esse espaço de participação. Predominam dessa forma, os interesses individuais, sem que haja articulação entre os grupos existentes, oportunizando assim, além do crescente individualismo, o enfraquecimento dos moradores enquanto cidadãos na busca de interesses coletivos frente às dificuldades relacionadas à comunidade.

Isso faz refletir sobre alguns pontos importantes: um deles está relacionado com a cultura da “não participação”, que ainda se encontra arraigada na sociedade atual, ou seja, as pessoas não possuem o hábito da participação, e esta se dá somente através de interesses e necessidades imediatas. O desinteresse do poder público em fomentar tal ação também tem influência significativa, gerando conseqüências como a falta de circulação de informações e de espaços ou canais de participação.

A forma como o projeto vem sendo desenvolvido, sem possibilidade de desencadear discussões horizontais que gerem frutos de interesse comunitário e sem uma aproximação

---

maior entre os técnicos do projeto (enquanto instituição) e a comunidade, igualmente faz supor o desinteresse das pessoas pelas ações desenvolvidas.

A esse respeito, Demo (1996, p. 21) traz o seguinte:

[...] o fenômeno da participação na comunidade também não acontece de graça. Trata-se de outra forma de intervir na realidade, [...] que passa por dois momentos cruciais: pela autocrítica, que sabe corajosamente reconhecer suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, já não mais vistos como objeto, clientela, alvo. O planejamento participativo não impede, por exemplo, que se busque convencer a comunidade da necessidade de determinada ação, desde que o processo de convencimento se faça dentro de um espaço conquistado de participação, [...] partindo-se dos interesses da comunidade, levando em conta sua contribuição e sua potencialidade, deixando-se também convencer do contrário.

Outro fator que causa reflexão sobre a falta de participação dos moradores está relacionado à questão do medo. Em comunidades carentes de recursos e políticas sociais, a violência tem se apresentado de forma crescente, tornando o medo um fator dificultador no desenvolvimento das ações sociais.

Por outro lado, o narcotráfico, visto como uma outra forma de poder e de proteção que se contrapõe ao Estado, vem ganhando espaço em função da escassez de ações por parte do poder público. Isso já é uma realidade na comunidade do Morro do Mocotó e muitos moradores preferem não se envolver em ações que possibilitariam mudanças, em função da relação de parentesco ou proteção que têm com os traficantes.

Os fatores em tela, por si só ou somados, fazem supor que estes seriam os elementos que cerceiam a questão da falta de participação dos moradores nas atividades desenvolvidas pelo projeto. Tais fatores fazem refletir sobre a relevância de se gerar discussões que possibilitem a participação de todos os envolvidos para tratar da forma como vem se desenvolvendo o programa na comunidade, na perspectiva da superação de limites e dificuldades, buscando alcançar o interesse popular e o exercício da cidadania.

### 2.3 O Projeto Bom Abrigo na comunidade do Morro do Mocotó

O Projeto Bom Abrigo foi criado no ano de 1997 na gestão da prefeita Ângela R. Reinzen Amim Helou, tendo como objetivo principal a recuperação de áreas deterioradas e deficientes de infra-estrutura, dotando-as de habitação, abastecimento, serviços e mecanismos de geração de trabalho e renda.

Através do Perfil das áreas carentes realizado em 1993, constatou-se a presença de diversas comunidades que compunham o Maciço do Morro da Cruz no perfil diagnosticado, entre elas as comunidades do Morro do Mocotó, Morro do Bode e Queimada, sendo esta uma das áreas de ocupação urbana mais antiga da cidade.

A localidade do Morro do Mocotó foi uma das primeiras áreas de ocupação desordenada na cidade de Florianópolis, tornando-se mais tarde (em virtude da falta de condições financeiras dos moradores e de ações de urbanização) uma grande favela.

A forma como se deu a ocupação da área, que se constituiu como um conjunto de habitações sem critérios urbanísticos, gerou como conseqüência a formação irregular de casas separadas por becos irregulares e não pavimentados, dificultando a localização dos moradores através do endereço e também dificultando o transporte de materiais de volume significativo.

No ano de 2001, realizou-se então nas comunidades acima mencionadas (através da Empresa Diagonal Urbana) uma pesquisa quanti-qualitativa a respeito das famílias ali residentes, para conhecimento da realidade local. Posteriormente, essa pesquisa foi remetida à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano que, após uma visita técnica *in loco*, reconheceu a área do Mocotó como passível de intervenção, dentro dos padrões de exigência do Programa Habitar Brasil-BID.

A escolha da área objeto das intervenções baseou-se na determinação dos critérios de elegibilidade para as UAS - Urbanização de Assentamentos Subnormais, descritas no Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais - PEMAS

Outro fator que influenciou na escolha da área de intervenção diz respeito ao perfil econômico das famílias, pois se trata de uma comunidade cuja renda familiar média mensal está na faixa entre 0 e 3 salários mínimos.<sup>14</sup>

Nesse período, segundo técnicos do projeto, já existia por parte de algumas lideranças comunitárias reivindicações junto aos órgãos gestores por melhorias e infraestrutura para a comunidade, porém sem muita organização. Dessa forma, após a delimitação da área de intervenção, deu-se início a elaboração dos projetos de infra-estrutura e equipamentos sociais, através da Empresa Prosul. No começo do ano de 2002 deu-se início a apresentação do referido projeto nas três comunidades (Mocotó, Queimada e Bode), sendo realizada uma apresentação por comunidade. Paralelamente foi colhida nas três comunidades um termo de adesão dos moradores com relação a aceitação ao projeto.

O Projeto Bom Abrigo – Mocotó abrangerá toda a população, compreendendo as seguintes intervenções na área da engenharia:

- Obras no sistema viário através da retificação, alargamento e pavimentação de servidões; construção de escadarias e passarelas em concreto, com a implantação simultânea de sistemas de drenagem para alimentar e desobstruir a calha do talvegue principal que conduz as águas pluviais, bem como a correção do sistema existente de esgotamento sanitário com a implantação de nova rede coletora e melhoria da iluminação pública. Tratamento paisagístico, criação de um centro de convivência, e de uma creche, praças, quadra poliesportiva, telefones públicos e correio;

---

<sup>14</sup> Informações apresentadas com base no Programa HBB-Mocotó –Vol. III / Participação Comunitária e Desenvolvimento Social -2003

- Instalação de caixas de coleta de lixo e implantação de sistema regular de coleta e transporte, criação de áreas de convívio social, bem como construção de um Centro de Saúde.<sup>15</sup>

A preservação dos sistemas implantados pela correta utilização dos equipamentos instalados e a melhoria da saúde da população beneficiada serão estimulados por ações de educação sanitária e ambiental, por meio de parcerias, voltadas para as escolas e a comunidade, discutindo questões como a poluição, as doenças epidemiológicas, a preservação e proteção ambiental, a eliminação do lixo e também a higiene sanitária.

Além da infra-estrutura necessária, desejada e tida como consenso pela comunidade, serão realizadas melhorias habitacionais, construção de módulos hidráulicos e unidades sanitárias, além da construção de 38 novas unidades habitacionais.

As casas a serem construídas obedecem a um padrão específico (dois quartos, sala e cozinha conjugadas, banheiro e um sótão que pode ser adaptado como quarto), elaborado por profissionais da SMHTDS. A princípio, serão construídas num terreno adquirido pela prefeitura na própria comunidade, para essa finalidade.

No entanto, alguns moradores discordam da idéia de ocupação do terreno para esse fim, argumentando que o local deveria ser aproveitado para a construção de uma área de lazer, uma vez que a comunidade não dispõe de espaços para recreação e esportes, sendo que as crianças e adolescentes acabam muitas vezes usando a rua ou descendo até a Avenida Mauro Ramos e ocupando os gramados ali existentes para poderem brincar.

Diante dessa realidade, a equipe social tem procurado problematizar essa questão internamente no setor, incitando os demais níveis hierárquicos superiores envolvidos no

---

<sup>15</sup> Informações apresentadas com base no Programa HBB-Mocotó –Vol. III / Participação Comunitária e Desenvolvimento Social – 2003.

projeto a uma discussão, que leve em conta a realidade e as necessidades da comunidade.

A identificação das famílias que seriam beneficiadas com as novas moradias foi realizada na primeira pesquisa, em 2001, porém pelo fato do valor orçado apresentado pelas empresas inscritas na licitação para execução das obras ter ficado acima do proposto pela PMF, o processo teve que ser revisto, ocasionando atraso no início da construção.

No mês de julho de 2004, retomou-se o processo licitatório para a construção das casas. O atraso na execução das obras gerou expectativas e proporcionou o descontentamento por parte dos moradores, além da necessidade de um recadastramento, que foi realizado no final de 2003 pelos técnicos e estagiários da SMHTDS.

Com o recadastramento, foram constatados novos casos que necessitam de unidades habitacionais, além da necessidade da aplicação de alguns critérios para a escolha dos moradores que irão receber as moradias pois, devido ao tempo transcorrido, à rotatividade dos moradores, e ao processo de deterioração das casas em função do tempo e uso, surgiram novos casos, aumentando o número de famílias que necessitam de unidade habitacional.

Após a última licitação realizada em julho, o valor de execução do projeto é de R\$ 9.132.183,75, sendo R\$ 5.492.273,62 recurso do BID e R\$ 3.639.910,13 contrapartida da PMF<sup>16</sup>. Esses valores encontram-se em processo de aprovação pelo governo federal.

Com relação aos critérios de elegibilidade das famílias, aguarda-se uma nova reunião com os órgãos responsáveis para que estes sejam discutidos. Devem ser levantados também fatores relacionados à possibilidade de construção das casas no próprio local (terreno do morador que receberá a casa), quando possível. No entanto, se as casas forem construídas no local, será utilizado uma maior quantidade de material, tornando a obra mais onerosa, além da dificuldade no processo de entrega desse material por parte das empresas, em função do difícil acesso aos terrenos.

---

<sup>16</sup> Valores apresentados conforme Quadro de Composição de Investimentos-QCI-02



Outro ponto importante que deve ser destacado diz respeito às unidades habitacionais que estão sendo construídas: possuem 42m<sup>2</sup> e foram planejadas num padrão específico, com reduzida possibilidade de ampliação. Esse modelo não contempla todas as famílias, que são, por vezes, numerosas e necessitam de espaço para terem privacidade.

Os projetos de habitações populares concebidos ao longo da história pelo poder público são, em sua grande maioria, estanques, sem flexibilidade para mudanças no projeto residencial e/ ou nos espaços comunitários.

O que se observa, de forma geral, nos conjuntos habitacionais que são construídos através de um modelo-padrão, é que, com o passar dos anos, acabam sofrendo modificações no que tange a aspectos construtivos, pois cada família procura adequar sua residência às suas necessidades, sem seguir o modelo de planta com as instruções de engenharia, fazendo com que as características próprias do conjunto se percam. Isso acontece no período de pós-ocupação, de acordo com as necessidades de cada núcleo familiar, incluindo por exemplo a construção de garagens e puxados, a demolição de muros, as ampliações internas, entre outras mudanças.

A participação efetiva dos sujeitos a quem se destina o projeto é fundamental para garantir a compreensão do processo em que eles estão inseridos. Ressalta-se ainda a importância da criação de espaços que estimulem as sugestões e críticas desses sujeitos, de forma que sejam ouvidos em suas expectativas para que estas se traduzam na prática, através da construção de uma habitação que atenda às suas necessidades e vise o *habitat* como um todo, reafirmando-se a importância da participação da sociedade civil organizada na formulação das políticas públicas.

## **CAPÍTULO 3 - A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO BOM ABRIGO**

### **3.1 A intervenção do Serviço Social na comunidade**

O Programa Habitar Brasil-BID, possui como componente do Subprograma UAS o trabalho social, que é desenvolvido através de um projeto específico denominado Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social, tendo como finalidade promover a participação e o interesse dos moradores nas ações a serem desenvolvidas na comunidade.

A inserção do profissional de Serviço Social no Projeto HBB-Mocotó (que se encontra ainda em fase de pré-execução das obras, por problemas oriundos do processo licitatório e burocrático) deve permear todas as etapas de realização, contemplando a elaboração do diagnóstico social, a priorização das ações, a construção e implementação das obras e o uso e preservação das benfeitorias coletivas e individuais. Para a realização desse trabalho, o projeto se subdivide em três macro-ações que norteiam a intervenção social: Mobilização e Organização Comunitária; Educação Sanitária e Ambiental; Geração de Trabalho e Renda.

As ações desenvolvidas a partir dessas três linhas de atuação têm como objetivo incentivar a manifestação dos usuários acerca do empreendimento em todo o seu processo, com o objetivo de adequá-lo às necessidades da comunidade, além de incentivar a criação de novos hábitos e atitudes frente a apropriação, utilização e manutenção dos equipamentos sociais implantados. Também são desenvolvidas ações no sentido de favorecer a geração de trabalho e renda, no intuito de proporcionar à população condições de melhorar sua situação financeira. Estão previstas ações no sentido de fomentar a participação ativa da comunidade na recuperação e preservação tanto dos espaços que serão criados para uso coletivo, quanto do

meio ambiente. Ainda são previstas ações de gestão comunitária visando o apropriado emprego de recursos na resolução de conflitos sociais e/ou institucionais que possam ocorrer durante a execução do projeto ou posteriormente.

Ao assistente social cabe a função de planejar, executar e avaliar as ações sociais desenvolvidas, de acordo com as diretrizes do programa. No entanto, o teor básico da proposta para o trabalho a ser desenvolvido já vem pré-determinado, fato este que reduz as ações do profissional aos três eixos básicos que norteiam o projeto, apontados anteriormente.

Ainda que o Serviço Social tenha desenvolvido ações nos três eixos de intervenção, o presente trabalho se deterá no aspecto referente à **Mobilização e Organização Comunitária**, por ter sido o eixo de maior enfoque na prática de estágio.

De acordo com Neto (1992 apud BARCELOS, 2004), o assistente social é designado como um dos agentes executores das políticas sociais, com a função de desenvolver ações através das quais seja possível favorecer a criação de alternativas de acesso e ampliação da cidadania nos segmentos sociais que constituem a clientela da profissão, podendo exercer ações em nível macro e também micro-social, de cunho sócio-educativo, interferindo na forma como a população usuária vê o seu universo, objetivando a garantia de acesso aos serviços organizacionais e aos benefícios sociais.

Em qualquer política pública ou privada a ser aplicada, o usuário deve ser visto como sujeito e protagonista. Trata-se de um processo de aprendizado em que ele adquire experiência através das etapas de discussão e decisão, aprofundando o seu conhecimento sobre o conteúdo da política em que se encontra inserido. Na medida em que se estreita a relação do técnico com a população, abre-se espaço para um diálogo horizontal onde as dúvidas são sanadas, proporcionando um sentimento de pertencimento, de construção subjetiva, pois esse processo gera a oportunidade de influenciar a concepção do indivíduo enquanto sujeito capaz e parte integrante do todo.

Quando um projeto habitacional é elaborado somente por técnicos, sem a participação dos moradores, esse fato concorre para diversos riscos de insucesso: inadaptação, pouco envolvimento, rompimento de vínculos comunitários, entre outros. Por não se sentirem parte do processo, acabam também não contribuindo para a manutenção e preservação do imóvel.

Nesse contexto, o papel do assistente social é fundamental no que se refere à articulação das pessoas envolvidas no processo. O profissional da área, por conhecer a realidade apresentada e a política habitacional vigente pode fazer uma mediação trazendo ao poder público o verdadeiro desejo da população.

Nas entrevistas realizadas, pôde-se perceber, na fala dos técnicos que atuam no programa, a importância do Serviço Social no que tange ao processo de implantação, execução e pós-obra pois, através da atuação do assistente social, é dada a possibilidade de conhecer a realidade da população a ser atendida e de buscar estratégias de procedimento, uma vez que esse profissional estará atuando como mediador entre os anseios comunitários e os interesses do poder público.

Com relação ao aspecto da organização da comunidade, dentro do projeto social, observo que é um processo lento e não é por falta de método ou ação do pessoal da área social. Como a comunidade está muito desagregada, ainda não se conseguiu estabelecer um elo de união na mesma, então não se conseguiu atingir, digamos, a comunidade eficientemente pelas ações, e por outro lado, mesmo que se consiga atingir essa questão, ela é eminentemente uma questão social, uma questão subjetiva, ela trabalha na verdade as perspectivas que poderão ocorrer de mudanças a partir da área social, mudar hábito, mudar conceitos é uma coisa muito demorada, então aparentemente a gente não vê o resultado concreto, [...] fica sempre se estabelecendo uma relação entre obra e social e é uma relação muito injusta, porque a obra é física, ela acontece, se mede e o social é subjetivo, [...] e o resultado desse trabalho é a longo prazo.<sup>17</sup>

Com base no conhecimento da realidade, das necessidades e anseios da comunidade, e percebendo que o projeto concebido não contempla necessidades como a constituição familiar, a relação comunitária, o trabalho e a renda, entre outros, a equipe social tem tentado

---

<sup>17</sup> E. B. P. Gerente da Habitação SHTDS. Depoimento [ago. 2004]

provocar discussões nas reuniões e encontros internos na instituição, no sentido de encontrar caminhos para que as 38 unidades habitacionais a serem construídas atendam as reais necessidades, já que os moradores não foram preparados de forma a exercer a participação na fase inicial do projeto.

Entretanto, a abertura ou conquista de espaço dentro da instituição para a discussão de pontos importantes relacionados à realidade da comunidade não tem sido oportunizada, apresentando-se um quadro em que, apesar da compreensão da importância dos técnicos sociais nas ações desenvolvidas, verifica-se a existência de “micropoderes” onde as ações de outros profissionais se sobrepõem ao trabalho social, como é o caso do trabalho realizado pelos profissionais da área de engenharia e arquitetura.

Conforme Merhy (1997), em seu processo de trabalho, os profissionais possuem um auto-governo, ou seja, o profissional na sua atuação possui uma certa autonomia com relação à forma como realiza seu trabalho. Numa instituição onde atuam profissionais de várias áreas, a micro-política, entendida também como micro-poder, se faz presente na medida em que os profissionais demonstram, através de sua competência, seu poder de intervenção nas tomadas de decisões. O que deve ficar claro porém, é que a instituição também tem um papel significativo na abertura desse espaço, na medida em que direciona maior ou menor atenção a um ou outro campo profissional.

Nesse sentido, a intervenção profissional acaba sendo influenciada (e de certa forma regulada) por fatores relacionados ao contexto onde se dá a atuação profissional. Porém, justamente por interagir “[...] na reprodução da própria vida social, é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha.” (YAZBECK, 2001, p. 91)

---



A equipe social do projeto é composta por duas assistentes sociais, uma educadora social e duas estagiárias de Serviço Social.

Com o objetivo de tornar a atuação social mais integrada, a equipe social tem realizado reuniões quinzenais de discussão, planejamento e avaliação das ações desenvolvidas na comunidade.

Entre os instrumentais técnico-operativos utilizados no processo de trabalho da equipe para o conhecimento da realidade social e da atuação profissional, destacam-se a elaboração de relatórios, visitas domiciliares, entrevistas, reuniões, encaminhamentos, pesquisa, registro fotográfico, abordagem individual e grupal. Para a realização do trabalho social na comunidade, por se ter conhecimento da existência de pontos de venda de drogas e de uma violência crescente, dado o desconhecimento inicial de muitos moradores com relação à equipe de trabalho e até mesmo ao projeto, desde o início procurou-se contar com o apoio dos Agentes de Saúde (moradores da comunidade), além de outros profissionais do Centro de Saúde e demais moradores indicados pelos Agentes como lideranças comunitárias.

Nas visitas domiciliares (ou em outras ações que impliquem circular pela comunidade) sempre se buscou a companhia de um morador, inclusive no recadastramento realizado em 2003, durante o qual a equipe se dividia em grupos para completar os questionários, tendo sempre um morador ou um Agente de Saúde presente em cada grupo.

Mesmo com a presença de pessoas da comunidade junto aos grupos, muitas vezes foram feitas abordagens por parte de outros moradores questionando a presença da equipe técnica, sendo que em alguns lugares e habitações não foi permitido o registro fotográfico e a coleta de dados. Nessas ocasiões, a equipe sempre procurou explicar de forma clara o trabalho a ser desenvolvido, respeitando o direito de cada morador; os registros fotográficos somente foram feitos a partir do consentimento dos responsáveis pela habitação.

A presença da Polícia Militar na comunidade também é um fator que interfere nas ações em campo, pois quando a Polícia se faz presente percebe-se uma agitação por entre os becos, causando sensação de medo às pessoas que não são da comunidade e não estão habituadas a essa realidade, como também aos próprios moradores.

No desenvolvimento das ações relacionadas ao projeto, pôde-se perceber por parte dos profissionais do setor, a busca de um trabalho interdisciplinar, sempre procurando envolver os demais técnicos e profissionais da Secretaria na perspectiva de realizar um trabalho mais integrado e eficiente. Isso, porém, nem sempre foi possível, em função da falta de uma estrutura institucional mais consolidada e da falta de tempo dos técnicos, que se encontram sobrecarregados, envolvidos em vários projetos simultaneamente.

Outra dificuldade encontrada pela equipe diz respeito à formatação exigida pela Caixa Econômica Federal e à quantidade de relatórios (mensais, trimestrais e anuais), que também interfere no trabalho social, uma vez que o técnico dispõe grande parte do seu tempo na elaboração destes, sendo que as informações tratadas são as mesmas. Nesse sentido, seria mais racional a elaboração de relatórios mensais, disponibilizando um tempo maior para o técnico atuar em outras ações relacionadas ao projeto.

Outro ponto que deve ser destacado diz respeito à expectativa dos moradores, que esperam por respostas e ações concretas; nesse sentido, as ações sociais desenvolvidas, enquanto um trabalho sócio-educativo tornam-se prejudicadas com relação à percepção da comunidade, que as compreendem como “falas”, sem respostas concretas. A morosidade nas definições que independem do assistente social também contribui nesse sentido, influenciando a prática profissional principalmente no que diz respeito à mediação com a comunidade, causando desgaste, gerando conflitos e descrédito com relação às ações sociais.

Tem é muito lixo, muita sujeira nas valas, apesar da COMCAP vir aí, o pessoal ainda não se conscientizou da limpeza. Ali mesmo não se organiza nada, o que eu vejo de se organizar é aqui esperando a Prefeitura, que vem



aqui no Centro Comunitário, conversam, conversam, tem mais é conversa do que ação.<sup>18</sup>

Desta forma, tem-se procurado exercitar na comunidade a sua capacidade de análise, por meio de um trabalho sócio-educativo planejado através de oficinas, reuniões e formação de comissões, onde são discutidos temas relacionados com a necessidade e a importância da organização e da participação nos assuntos que dizem respeito não só ao projeto, mas à comunidade e também à cidade. Esse processo objetiva fazer com que a comunidade compreenda o projeto como um direito, aumentando a auto-estima e incentivando a avançar no processo produtivo. Na medida em que cada morador se percebe mais capacitado e incentivado a conquistar sua dignidade de vida, também começa a perceber-se parte integrante de um grupo, de uma comunidade, onde a associação é imprescindível para se atingir o objetivo comum.

É importante registrar que, apesar dos limites e dificuldades, o trabalho desenvolvido pelas profissionais da área social foi sempre visando contemplar as expectativas dos moradores, buscando uma relação mais estreita e participativa, procurando inseri-los nas discussões e ações sociais desenvolvidas anteriormente ao início das obras. Para isso, tem-se mantido uma relação constante com a comunidade, através de ações como a articulação e o acompanhamento de cursos profissionalizantes, as visitas domiciliares, o trabalho sócio-educativo através da organização de mutirões de limpeza e oficinas de materiais recicláveis, a coordenação e acompanhamento de projetos como o Projeto Hora de Comer e o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho, a realização do plantão social para sanar dúvidas dos moradores com relação ao projeto de habitação e outros serviços e encaminhamentos prestados pela Secretaria.

---

<sup>18</sup> E. A. moradora da comunidade. Depoimento [set. 2004]

### 3.2 Mobilização e organização comunitária: frutos da intervenção de estágio

Durante o período de estágio na Secretaria, após o conhecimento das ações previstas e desenvolvidas pelos técnicos do projeto e também a aproximação e conhecimento da comunidade do Mocotó, procurou-se, de acordo com as diretrizes do Programa HBB, dar ênfase à prática de estágio na linha de atuação que trata da mobilização e organização comunitária<sup>19</sup>, por entender que, ainda que o projeto esteja em fase de pré-execução, as ações sociais podem e devem ser desenvolvidas objetivando não só a aproximação e conhecimento dos moradores a respeito do projeto como também proporcionar espaços para o desenvolvimento e a reflexão crítica destes para que possam contribuir no processo de fortalecimento e organização da comunidade.

O espaço urbano é permeado por inúmeras desigualdades e o que se percebe, de forma geral, é que uma grande parcela da população não participa da dinâmica da sociedade por não se encontrar inserida no mercado formal de trabalho, ou por não ter acesso à cidade enquanto um direito de todos. O acesso à moradia, à água tratada, ao abastecimento regular, aos transportes, aos serviços municipais de saúde, educação, cultura, esportes e lazer, bem como ao atendimento ao trabalhador dos setores formal e informal, ao desempregado, aos grupos familiares e às pessoas com necessidades especiais ou expostas a situações de risco são condições que precisam ser garantidas ao cidadão para viver com dignidade e exercer seus direitos.

“A necessidade das pessoas, na busca por sua inserção no espaço urbano, vai além da casa. As pessoas querem ser incluídas nas cidades enquanto sujeitos e atores sociais que participam das relações sociais e da dinâmica da cidade” (BARCELOS, 2004, p. 48).

---

<sup>19</sup> Um dos eixos de trabalho do Projeto Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

A equipe social, nesse sentido, tem procurado utilizar o espaço comunitário para trabalhar a questão da participação e do envolvimento dos moradores como um fim, de modo que as pessoas compreendam a importância dessa ação e possam se identificar como sujeitos sociais no processo de organização comunitária.

O projeto de intervenção desenvolvido durante o processo de estágio foi planejado nessa linha de pensamento, enquanto uma das ações a serem trabalhadas na comunidade.

Uma comunidade tem em seu âmbito vários grupos organizados, como é o caso da comunidade do Morro do Mocotó, com grupos de jovens, dança, capoeira, candomblé, religiosos, idosos e também o conselho comunitário. No entanto, o fato de existirem tais grupos não significa que a comunidade tenha a integração e fortalecimento necessário para a atuação enquanto parte da sociedade civil organizada, na luta pela efetivação e a conquista de direitos.

Tendo em vista a situação apresentada, a equipe social procurou planejar as ações a serem desenvolvidas de forma a contemplar esses aspectos, compreendendo que o trabalho desenvolvido foi apenas o início de um processo longo e atribulado com vistas a desencadear transformações mais profundas naquele meio.

A equipe social, seguindo as metas traçadas no plano de ação, planejou inicialmente uma ação que envolvia uma série de seis encontros semanais com duração de duas horas, a serem realizados no espaço do centro comunitário, no período vespertino.

O objetivo do trabalho proposto foi proporcionar através de um espaço para reflexão, discussão e troca de experiências, uma atuação mais efetiva e democrática, fomentando a participação dos moradores nas atividades e discussões na vida comunitária, além do fortalecimento das organizações já existentes na comunidade.

Para dar início a essa ação, foram convidados alguns moradores (com quem a equipe já mantinha contato em função de outras ações desenvolvidas), para que fosse apresentada a

dinâmica dos encontros e o objetivo do trabalho. Na ocasião, foram colhidas sugestões de temas a serem trabalhados, além de dia e hora para a realização dos encontros. Também foi solicitado que indicassem outras pessoas para fazer parte desse processo.

Com base no diagnóstico apresentado anteriormente, procurou-se trabalhar a integração dos grupos existentes durante os encontros, através do convite realizado aos grupos e aos seus representantes. No entanto, não foi possível contar com a presença de todos, pois muitas pessoas não se dispuseram a participar e outras desistiram no decorrer dos encontros.

A metodologia utilizada baseou-se em processos que permitissem a experimentação das situações, através de dinâmicas de grupo, atividades reflexivas e também conteúdos expositivos relacionados com a prática democrática e também de cunho informativo, além de conversas sobre o cotidiano da comunidade e as dificuldades existentes, como a questão do lixo gerado no local. Apesar da existência de caixas de coleta em pontos específicos da comunidade, da coleta feita pelos garis até certa altura do morro e da existência do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho<sup>20</sup>, a questão do lixo ainda é um ponto problemático no Morro do Mocotó.

Um ponto importante durante o planejamento dos temas a serem discutidos nos encontros foi a importância de levar informações relacionadas ao acesso aos direitos e às leis, como o Estatuto da Cidade, dando enfoque especial à gestão democrática e participativa. Pois somente através do conhecimento e exercício dos direitos e deveres se constrói a participação de fato, sem que haja cooptação, sem que as pessoas se sintam usadas ou enganadas, alienadas. A informação aliada à prática e ao desenvolvimento do pensamento crítico possibilita a transformação.

---

<sup>20</sup> O Projeto Frentes Temporárias de Trabalho é composto por moradores da comunidade que realizam a limpeza das vias de acesso à comunidade, além de receberem capacitação para agirem como multiplicadores na orientação sobre a questão do lixo aos moradores da comunidade.

Tendo como premissa básica o fato de que quanto mais informadas as pessoas são, melhores serão suas opções de escolha, buscou-se, no decorrer dos encontros, desenvolver uma prática voltada nessa direção.

A informação é a base da autonomia, da independência, do conhecimento e da cultura. A informação amadurecida pela vivência e pela experiência nos permite transcender a liberdade, proporcionando-nos um estado de interdependência com as pessoas e o mundo a nossa volta, relação esta de real igualdade, autonomia e liberdade, e conseqüentemente de prazer. A ignorância permite o abuso, a subjugação, o domínio, a exploração e a estagnação. A informação, o conhecimento, cria, permite e perpetua relações democráticas, abertas e flexíveis. (GAUDERER, 1991, p. 19)

Dessa forma, no espaço oportunizado pelos encontros, buscou-se criar situações onde a informação pôde ser trabalhada, discutida, enfatizando sempre a necessidade de participar, interagir e se organizar, na produção de uma sociedade mais humana, igualitária e justa, tendo como ponto de início a própria comunidade.

Durante o estágio, foram utilizados vários instrumentais técnico-operativos da profissão, dentre eles a observação participante. Conforme descreve Gil, (1996), a observação participante consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma determinada situação. Para isso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Define-se como observação participante devido a técnica pela qual se chega ao conhecimento das pessoas e da dinâmica do grupo a partir da convivência e participação.

A observação participante possibilitou conhecer um pouco do comportamento dos sujeitos atuantes nesse processo, fato que influencia diretamente no trabalho desenvolvido, por se tratar de uma abordagem coletiva, além da possibilidade de conhecer melhor a realidade da comunidade.

Durante o período de estágio, foram desenvolvidas ações relacionadas diretamente ao projeto de intervenção, pelas quais, juntamente com a assistente social e demais integrantes

da equipe, buscou-se realizar um planejamento dos seis primeiros encontros: a metodologia a ser aplicada, os possíveis temas a serem trabalhados, bem como as articulações com possíveis palestrantes e segmentos da sociedade, como o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis - IGEOF, o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações Populares – NESSOP e o Serviço Social do Comércio - SESC.

Dentro da metodologia apresentada, foram utilizados alguns instrumentos facilitadores para a intervenção, elencados a seguir:

- Encontros semanais com o grupo para realização de atividades e oficinas;
- Elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas;
- Dinâmicas de grupo;
- Planejamento em equipe das ações a serem realizadas;
- Avaliações realizadas durante o processo de desenvolvimento dos encontros.

No decorrer do estágio, durante o desenvolvimento do projeto de intervenção, firmou-se parceria com o SESC, através da assistente social da instituição que, a partir de então, passou a auxiliar no planejamento e avaliação dos encontros.

Para um melhor entendimento do trabalho desenvolvido, a seguir será apresentado o relato e análise dos seis primeiros encontros realizados no decorrer do período de estágio. Posteriormente, serão abordados o planejamento e a realização de um evento organizado em conjunto com a comunidade.<sup>21</sup>

O primeiro encontro, que ocorreu no dia seis de maio de 2004, teve como objetivo explicar o que era o projeto, quais os profissionais envolvidos, a metodologia a ser aplicada e os objetivos a serem alcançados. Neste mesmo dia, procurou-se trabalhar a importância da

---

<sup>21</sup> Depois dos seis encontros, deu-se continuidade aos mesmos, para a organização de um evento na comunidade, intitulado “Ação Comunitária”.

participação e da cooperação e as características relacionadas ao tema “liderança”. Esse trabalho se desenvolveu através de dinâmicas de grupo e contou com a participação de treze moradores.

O número de participantes no primeiro dia se mostrou significativo de acordo com a avaliação e a expectativa da equipe social. A questão da participação é justamente um dos pontos que se procurou trabalhar, já que em outras atividades desenvolvidas na comunidade (cursos, encontros, reuniões), muitas vezes o número de participantes era menor do que o esperado.

A discussão realizada no segundo encontro foi relacionada ao tema cidadania, instituições jurídicas existentes em Florianópolis e como se dá o acesso às mesmas. Na ocasião, foi entregue uma lista contendo o nome das instituições, sua finalidade, endereço e telefone.

Foram levantados vários questionamentos por parte dos participantes sobre os temas trabalhados nesse dia, entre eles a questão da acessibilidade à justiça, a falta de informação e divulgação dos recursos disponíveis, a falta de ética por parte de certos profissionais e a lentidão na resolução dos processos.

Para o terceiro encontro, havia sido prevista a participação de um representante do legislativo municipal, uma vez que se pretendia desenvolver o tema sobre o trabalho realizado na Câmara de Vereadores e a relação com a comunidade. Entretanto, por comparecer no dia um número reduzido de participantes e por ter ocorrido um incidente com o palestrante, suspendeu-se o referido tema e procurou-se trabalhar novamente a necessidade da organização, participação e envolvimento com a comunidade, uma vez que um dos objetivos dos encontros era sensibilizar os participantes para que se sintam co-responsáveis pelo processo de mudança que se busca para a comunidade.

No último encontro do mês de maio, trabalhou-se a importância do Estatuto da Cidade, destacando a gestão democrática e o poder de participação que este consolida. Foram distribuídas

cartilhas sobre o Estatuto, com o intuito de despertar o interesse para o conhecimento dos instrumentos e formas de participação.

Para o quinto encontro, realizou-se uma dinâmica com papel pardo e tinta guache. Os participantes, em dupla, realizaram um diálogo através da construção de um desenho; em seguida, todos tiveram a oportunidade de contribuir com um detalhe no desenho dos demais.

Com esta dinâmica, foi possível relacionar os sentimentos vividos com o que acontece no cotidiano. Trabalhou-se a influência que a pessoa exerce sobre a outra na vida em grupo, as reações positivas e negativas, a necessidade de diálogo, e de comunicação para construir relações positivas numa perspectiva coletiva.

Neste mesmo dia, dando seqüência ao trabalho, realizou-se uma avaliação dos encontros com os participantes e a equipe de trabalho, com relação à participação dos moradores, à dinâmica dos encontros e aos conteúdos aplicados, tendo sido apresentados os resultados relatados a seguir.

O primeiro ponto mais ressaltado foi a significativa participação de vários segmentos da comunidade, na medida em que foi possível contar com a presença de representantes do grupo de idosos, dos Agentes de Saúde, do Fórum do Maciço, do Projeto das Frentes Temporárias de Trabalho, do Conselho Comunitário, e da Associação de Moradores da Queimada.

Em seguida, foi ressaltada a motivação e vontade dos sujeitos envolvidos em participar deixando de estar em casa para contribuir colocando sua opinião e trocando experiências com o grupo.

Com relação ao material fornecido nos encontros, foram apontados como informativos e didáticos, facilitando a leitura e a compreensão dos participantes. Já os temas trabalhados, segundo os participantes, foram interessantes e bem colocados, proporcionando esclarecimentos e orientações sobre os assuntos tratados, possibilitando espaços de discussão, reflexão e troca de experiências entre os sujeitos envolvidos. Porém, em função do pouco tempo dos encontros,



alguns temas não se esgotavam nas discussões, ficando como sugestão o aprofundamento e a necessidade de estender o convite a outros moradores.

Outro aspecto apontado como positivo foi a versatilidade da equipe no planejamento dos encontros, frente aos imprevistos ocorridos, possibilitando a realização dos mesmos.

Com relação ao dia dos encontros (quinta-feira), foi sugerida a possibilidade de troca, em função do choque de horários dos participantes na realização de outras atividades.

Com o intuito de resgatar o significado que teve o bar Miramar para a população que usufruiu desse espaço, como também relacionar esse momento importante com a proposta de um resgate histórico dos fatos mais importantes que ocorreram desde o surgimento da comunidade, a equipe planejou, para o sexto encontro, a projeção do documentário “Miramar um olhar para o mundo”, resgatando a história do saudoso bar Miramar que, entre as décadas de 20 e 70 do século passado, funcionou sobre o Trapiche Municipal no centro de Florianópolis, junto à praça XV de novembro.

Posteriormente, construiu-se, em papel pardo, uma linha do tempo com importantes datas e conquistas históricas do país, com o intento de provocar no grupo lembranças relacionadas ao processo de construção da comunidade, as lutas, dificuldades, conquistas, entre outras lembranças que marcaram a vida dos presentes.

Resgataram-se lembranças como a canalização da água, que encerrou um ciclo de captação através de baldes junto aos poços artesanais existentes na comunidade. Também foi lembrado o incêndio ocorrido em 1994 no Hospital de Caridade, quando a comunidade se empenhou para salvar os pacientes do incêndio. Com alegria, lembraram as primeiras famílias que adquiriram uma televisão, recordando que suas casas, na hora da novela, tornavam-se ponto de encontro da comunidade. Com pesar, lembraram dos espaços públicos que, com a ampliação da cidade foram aos poucos perdendo.

Também se falou sobre a sensação do medo que gradativamente passou a fazer parte do cotidiano dos moradores, em função da violência gerada por diversos fatores que aos poucos vêm tomando conta da comunidade.

Dessa forma, ao final do sexto encontro, foi sugerida a troca de data do mesmo para as terças-feiras e também se colocou a proposta da organização de um evento intitulado “Ação Comunitária”, com a participação do SESC, da SHTDS e da Comunidade.

Esse evento teve como finalidade proporcionar aos moradores um dia de ações diversificadas, com atividades como corte de cabelo, orientação sobre doenças infecto-contagiosas, orientação sobre a higiene bucal com distribuição de escovas de dente, oficinas de pipas, fuxico, crochê e materiais recicláveis, apresentações artísticas, além da parte recreativa para as crianças com brincadeiras, cama elástica e pinturas, entre outras.

O período de planejamento e organização do evento foi bastante rico, na medida em que propiciou uma aproximação maior entre os próprios moradores e também entre estes e os técnicos do projeto. Durante esse processo, foi possível trabalhar com os participantes vários pontos importantes, como a importância da solidariedade entre as pessoas para a concretização de uma ação, a responsabilidade e compromisso nas ações propostas, a importância das articulações com outras entidades, a organização e sistematização das ações, a divisão de responsabilidades, além do exercício da participação efetiva, sendo que os sujeitos envolvidos puderam expressar suas opiniões, colaborar com idéias e ações, construindo o evento em conjunto.

Retoma-se neste espaço a questão da importância da participação, de acordo com Kisil (1997), existem vários estágios no processo de participação, entre eles a participação limitada ou restrita, que tem pouca influência no resultado da atividade em desenvolvimento. No nível seguinte, as pessoas passam a se envolver de forma mais ativa nas determinações e na execução das atividades; por último, ocorre a participação estrutural ou efetiva, através da

qual as pessoas têm um papel ativo e direto no processo a ser desenvolvido e têm o poder de assegurar que suas opiniões sejam consideradas dentro de um processo decisório.

Os projetos desenvolvidos em comunidades representam uma oportunidade de criar espaços de participação e mobilização visando o bem-estar comum do coletivo. Uma comunidade bem organizada, coesa, tem nas mãos o domínio para o seu desenvolvimento.

O processo de avaliação do trabalho desenvolvido foi realizado de forma quantitativa e também qualitativa.

Com relação à análise quantitativa, realizou-se registros fotográficos e lista de presença a cada encontro, além de constar o registro das ações nos relatórios da instituição de estágio.

Ao todo foram convidadas 31 pessoas para participarem dos encontros; destas, inicialmente 13 se dispuseram a participar. Nos seis primeiros encontros, houve uma oscilação em torno desse número de participantes. Com a proposta de dar continuidade aos encontros, algumas pessoas, por fatores diferenciados (emprego, choque de horário de atividades, falta de interesse pelas atividades desenvolvidas, etc), deixaram de participar.

No decorrer dos encontros, outros moradores da comunidade e também do entorno (Morro da Queimada) foram convidados pelos próprios integrantes do grupo a estarem fazendo parte desse processo.

Dessa forma, foi possível observar uma grande rotatividade dos participantes e essa não era uma ação esperada pela equipe coordenadora, pois a idéia inicial era formar um grupo fixo de pessoas para se trabalhar os temas propostos. A rotatividade dificultou um pouco o processo de trabalho, pois as pessoas que foram se inserindo no decorrer do período não tinham as informações trabalhadas nos primeiros encontros (apesar de terem sido passadas algumas informações e materiais didáticos utilizados) não se tornando possível transmitir a idéia de pertencimento a um grupo.

Além da análise quantitativa, também foram realizadas avaliações com a equipe de planejamento, durante as quais se percebeu a necessidade de atividades mais práticas, que envolvessem os participantes, trabalhando questões como responsabilidade, integração, organização e divisão de tarefas, trabalhando os encontros de forma mais dinâmica, possibilitando uma participação mais efetiva nas ações. Essa idéia se confirmou quando se deu início à organização do evento “Ação Comunitária”.

Foi possível perceber a expectativa e o envolvimento dos moradores dando idéias, sugestões e convidando outras pessoas para a organização do evento, mostrando que a realização de ações concretas é mais aceita e mais envolvente, pois possibilita algo visível, palpável, além de ser uma possibilidade de integração entre os moradores, expondo as diversas formas de organização existentes na comunidade, como grupos de dança, capoeira, bandas musicais, cooperativas e grupo de mulheres, entre outros.

De acordo com Faleiros (1982), “A palavra participação permeia todos os meandros da vida da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, da vida cotidiana”, sendo classificada em diferentes tipos. A compreensão de participação presente na avaliação, é a participação voluntária, na qual as pessoas sintam interesse em participar e se sintam co-responsáveis pelas atividades desenvolvidas.

Após o término do evento, realizou-se, em uma outra ocasião, uma festa de confraternização entre os participantes do processo de organização e realização do evento. Posteriormente, realizou-se um encontro para a avaliação de todo o processo, onde surgiram muitas falas, entre elas aquela que enfatiza a importância do evento, que possibilitou às crianças um dia de lazer e alegria. Com relação ao processo de organização e participação dos moradores, foi citado o comprometimento dos sujeitos que se envolveram e se responsabilizaram por algumas ações.

Por outro lado, também se fez referência à falta de comprometimento de algumas pessoas que se dispuseram a colaborar e, no entanto não o fizeram, fato que comprometeu de certa forma o evento no dia da sua realização.

Ressaltou-se a importância da divisão de responsabilidades num trabalho em equipe, sem sobrecarregar apenas alguns integrantes e a necessidade de constituir uma rede de articulações para a realização de qualquer atividade, pois sem união não seria possível a realização do evento. A idéia de união e articulação também deve se fazer presente com relação a outras atividades comunitárias, pois é a soma de forças que possibilita a concretização de ações e o fortalecimento dos indivíduos enquanto sujeitos sociais.

Além da intervenção já descrita, é oportuno o espaço para relatar brevemente a articulação realizada pela estagiária junto ao Serviço Nacional do Comércio – SENAC para a realização de um curso intitulado “Capacitação de gestores comunitários”, destinado às lideranças e moradores da comunidade do Morro do Mocotó e entorno.

O convite para participação desse curso foi estendido a toda comunidade, por meio de divulgação na Igreja, no Centro de Saúde, junto às lideranças comunitárias e aos representantes de grupos de atividades comunitárias.

O curso em questão teve como objetivo capacitar e fortalecer as lideranças já atuantes, bem como despertar pessoas que apresentavam perfil para liderar ou representar os diversos grupos da comunidade.

Para tal, realizou-se uma programação que compreendeu uma série de dez encontros, perfazendo uma carga horária de 40 horas, em que foram abordados os seguintes temas:

1. Relações humanas, onde foi trabalhado o conhecimento (inter-pessoal / inter-grupal), a comunicação, como trabalhar conflitos, o agente agregador / motivador e a direção de reuniões;

2. Noções sobre a legislação pertinente ao funcionamento das entidades comunitárias e às mudanças que devem ser realizadas no estatuto a partir do novo Código Civil;
3. Noções sobre elementos importantes da contabilidade para manter a organização e o andamento da associação de moradores ou conselho comunitário.

Cabe ressaltar que, para a realização desse trabalho de formação, contou-se com a contribuição da UFECO que, através de um de seus representantes, debateu o assunto relacionado à legislação necessária para a constituição e a consolidação de entidades comunitárias (associações de moradores e conselhos comunitários).

No processo de avaliação ao final do curso um dos pontos ressaltados foi a ausência de lideranças da comunidade do Mocotó que, indagadas, alegaram a falta de tempo e problemas familiares. Esse aspecto reforça mais uma vez a necessidade de um trabalho contínuo e sistemático da equipe social no sentido de mostrar a importância do trabalho de formação para as lideranças para que possam melhor desempenhar o seu papel na comunidade.

Após os pontos abordados e discutidos neste último capítulo, é importante ainda mencionar alguns fatores que, por vezes, influenciaram a prática vivenciada no processo de estágio na instituição. Devem ser apontados como fatores que facilitaram esse processo: o apoio recebido por parte das lideranças comunitárias durante o processo de estágio e o desenvolvimento dos encontros e também a parceria com os técnicos do SESC, que possibilitou posteriormente estender o trabalho para uma ação mais concreta e significativa, na opinião dos moradores.

Também se destacam como pontos que facilitaram o processo de estágio o apoio e orientação das profissionais do setor, além do compromisso ético profissional dos convidados que se dispuseram a contribuir com os encontros enquanto palestrantes.

Entre os fatores apontados como dificultadores, pode-se destacar o número reduzido de equipamentos de informática, impossibilitando por vezes o registro das ações desenvolvidas, além da falta de material e recursos financeiros para a realização de algumas atividades, influenciando na qualidade das ações desenvolvidas.

Também merece destaque o descrédito dos moradores com relação às ações sociais aos profissionais do Projeto Bom Abrigo, devido à demora para o início das obras na comunidade.

Por último, cabe salientar a inexistência de uma rede de apoio entre os vários órgãos municipais, para que o trabalho aconteça de forma integrada e coesa. Essa falta se torna visível até mesmo entre os setores da própria Secretaria, talvez por falta de uma rotina bem definida em função do pouco tempo de existência (pois foi criada em 2001), o que dificulta o atendimento em rede das famílias que procuram ou necessitam dos serviços prestados.

Entretanto, mesmo com as dificuldades e imperfeições enfrentadas e aqui relatadas e analisadas no percurso de realização do estágio, fica registrada a importância e a riqueza da experiência vivenciada pela acadêmica com o trabalho desenvolvido, enquanto estagiária em processo de formação profissional, oportunizando o exercício teórico-prático através da aproximação e o conhecimento das demandas reais da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse estudo observou-se que as ações do Estado na questão habitacional tiveram sua origem em função da deterioração das condições de vida nas cidades, resultado da afluência de trabalhadores mal-remunerados ou desempregados, da insuficiência de habitações populares, da expansão desregrada da população urbana e das ações privadas na produção de moradias. Esses fatores provocaram uma série de problemas, principalmente no que diz respeito à questão sanitária. Tal situação obrigou o poder público a intervir por meio da realização de obras de saneamento e também para tentar controlar a produção privada de moradias. Atualmente as ações do governo objetivam controlar a produção de moradias nas áreas de preservação ambiental e também nas áreas de risco.

Da mesma forma, também se observou durante esse estudo a importância da ação da sociedade civil organizada, expressa por diversas entidades que vêm pressionando o poder público para a abertura de espaços de participação na elaboração de políticas públicas e no avanço de conquista de direitos.

Faz-se mister apontar para a importância da pressão dos movimentos sociais que faz surgir no decorrer da história, diversas ações por parte do Estado na tentativa de suprir o caos habitacional que se instala após anos de inoperância; entretanto, o que se observa, de forma geral, é que apesar dos programas e projetos implantados por todo o país para dar conta da questão habitacional, ainda é enorme o número de famílias que não dispõem de um local digno para morar.

No caso de Florianópolis, por ser uma cidade turística e por possuir grandes áreas de preservação, a atenção dos órgãos competentes do município deve ser redobrada em relação à crescente especulação imobiliária que influencia diretamente o aumento do custo da terra, trazendo como consequência a exclusão desse direito a um número significativo de



moradores. Segundo o censo de 2000 do IBGE, o município apresenta um déficit habitacional superior a 8.000 unidades residenciais para famílias com renda de até 3 salários mínimos.

Com o intuito de barrar o crescimento desordenado e especulativo da cidade é que se ressalta a importância da organização dos setores da sociedade civil, como por exemplo o “Fórum da Cidade”, que vem lutando no sentido da elaboração de um plano diretor unificado, entendendo que este é um dos instrumentos mais significativos do Estatuto da Cidade.

Dentre as mais diversas ações do Fórum da Cidade cabe destacar a divulgação da Lei do Estatuto da Cidade junto as lideranças comunitárias por meio de cursos de capacitação. O entendimento sobre os instrumentos contidos na referida Lei, contribui para qualificar as reivindicações dos movimentos, que passam a exigir do poder público local a formulação de um planejamento urbano participativo e democrático, coerente com a realidade que se apresenta no município, com vistas a viabilizar o acesso à terra, à moradia digna, aos diferentes estratos da sociedade, de acordo com a realidade de cada família. Ações estas, que na atual gestão não se concretizaram e continuam sendo objeto de luta dos diversos movimentos.

Nesse sentido, aponta-se a necessidade de uma maior integração entre os órgãos gestores e a sociedade civil organizada, através de uma interlocução permanente e pluralista, em que a participação da sociedade civil seja vista como uma forma de contribuição e também de respeito a um direito na formulação e implementação de políticas públicas.

Enquanto esse objetivo não é concretizado, ressalta-se a necessidade de um comprometimento profundo e contínuo da equipe técnica e de toda a estrutura operacional do Projeto HBB-Mocotó no processo de construção de uma participação popular ativa e crítica, em que se priorize a importância da transparência das ações e das informações por parte do poder público, elementos imprescindíveis para desencadear um processo de mudança política que transforme de forma significativa as relações entre a sociedade civil e o Estado.

O período de reflexão ativa e participante durante o processo de estágio aponta para a necessidade de um trabalho mais profundo, contínuo e próximo da comunidade, objetivando um conhecimento mais intenso e concreto da dinâmica comunitária, pois apesar do projeto habitacional encontrar-se em fase inicial, pode-se observar, através das ações já desenvolvidas, uma reduzida participação e interesse dos moradores nesse processo. Observa-se ainda que essa falta de motivação advém de inúmeros problemas, dificuldades e privações sofridos por essa população e que não somente reforçam a sua exclusão social como também retiram a possibilidade de conquista de direitos na perspectiva de uma cidadania plena.

Ressalta-se a importância da articulação com outras entidades externas à comunidade, na direção da construção de redes que venham dar visibilidade às lutas dessas organizações comunitárias, fortalecendo-as e avançando nas lutas necessárias à participação da cidade como um todo. Nesse sentido, a aproximação entre organizações comunitárias e entidades como a UFECO apresenta-se como uma forma, de garantir que organizações como o Conselho Comunitário da Prainha possam compreender a sua importância enquanto representante dos moradores da comunidade, bem como o seu significado na luta coletiva junto aos demais movimentos existentes na cidade.

Essa discussão faz refletir sobre a importância da articulação entre os setores que hoje se apresentam na sociedade como comprometidos com a emancipação e o fortalecimento dos movimentos sociais. São exemplos, o Departamento de Arquitetura da UFSC e o Departamento de Serviço Social, por meio do NESSOP. Este vem realizando diversos trabalhos junto a organizações comunitárias e outras entidades, por meio de projetos, palestras e assessoria técnica, fundamentado no princípio da participação ativa dos sujeitos na construção do processo, objetivando a difusão de informações e o fortalecimento dos movimentos sociais existentes em Florianópolis.

As ações do profissional de Serviço Social devem contribuir para que a população atendida transforme suas necessidades em demandas e reivindicações, por meio de um processo permanente e contínuo de organização e fortalecimento da comunidade enquanto unidade coletiva na luta por seus direitos. Concomitantemente a esse processo, também devem ser desenvolvidas ações que possibilitem o crescimento da auto-estima e o reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito histórico do processo no qual está inserido.

A partir das reflexões assinaladas no presente trabalho, entende-se que, para que haja uma maior aproximação da equipe do Projeto junto à comunidade, aponta-se como indispensável a atuação do Serviço Social junto aos grupos já existentes na mesma, com o objetivo de conquistar um espaço e a confiança dos moradores no meio em que se está intervindo. A atuação junto aos grupos possibilitaria, posteriormente o fortalecimento e a união destes na construção de ações de interesse coletivo, proporcionando a participação, e o envolvimento dos moradores também nas ações relacionadas ao Programa.

Os técnicos que atuam na execução do Projeto devem ter clareza e compreensão da política social que estão desenvolvendo, principalmente com relação ao trabalho a ser realizado, para que haja transparência e coerência no repasse de informações aos moradores, pois é através dos técnicos que se dá a mediação entre o poder público e a comunidade.

Para se alcançar maior êxito no desenvolvimento do Programa HBB, entende-se como necessária uma atenção maior por parte dos órgãos públicos responsáveis por sua implementação, no que diz respeito à integração das ações dos setores envolvidos, bem como à criação de espaços horizontais de discussão entre os diversos profissionais que compõem o quadro técnico do Programa, objetivando propostas e sugestões para a superação dos limites e dificuldades, numa perspectiva mais participativa e integrada, junto à comunidade.

Nesse sentido, o trabalho interdisciplinar entre os técnicos das diversas áreas profissionais que atuam na execução da política e programas no campo da habitação na

referida instituição se torna essencial, na perspectiva de construção de possibilidades e caminhos que permitam a execução dos programas e ações de forma integrada.

Cabe ainda ressaltar que, no limite do período de vínculo institucional, foi possível cumprir com o compromisso ético-político da profissão, na medida em que se oportunizou a socialização de informações relacionadas a direitos sociais, incentivando o respeito à diversidade e a participação dos grupos existentes na comunidade na perspectiva de fortalecimento dos sujeitos e de transformação da realidade na qual estão inseridos, buscando a ampliação de direitos e a efetivação da cidadania.

Por fim, ressalta-se a necessidade de políticas integradas e de constituição de um trabalho integrado que contemple o atendimento às famílias, pois a questão da habitação não se resume apenas à moradia; abrange outros aspectos como o desemprego, a educação, o lazer, a saúde, a cultura, enfim, uma série de necessidades que implicam na constituição de uma estrutura de atendimento e proteção social voltada para um trabalho interdisciplinar, onde o sujeito deve ser visto como protagonista no processo em que está inserido.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Carla. Os Fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o Fórum Nacional da Reforma Urbana. **In:** Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BARCELOS, Mariana Silveira. **O Programa Habitar Brasil/BID, do município de Palhoça:** um estudo de caso em relação a sua contribuição para o processo de inclusão social. Trabalho de conclusão de curso, em serviço social, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação Social no Brasil**, Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria, Estação da Liberdade, São Paulo, FAPESP, 1998.

BRASIL. **Código de ética profissional e serviço social.** São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.** São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. LEI nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Brasília Distrito Federal: Senado, 2001.

CARVALHO, Alysson et. al. **Políticas Públicas**, Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CATARINA, Maria Aparecida Napoleão. **Programa Habitar Brasil BID – Reflexões sob a ótica sistêmica.** Trabalho de Especialização em Gestão em Saúde, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

CRISTINA, Ana Cristina da; SANTOS, Roselene Aguiar. **Experiência de luta e reivindicação do Movimento Sem Terra de Ribeirão Pires.** Trabalho de conclusão de curso, em serviço social, da Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. “Formas Ideológicas da Participação”. **In:** Serviço Social e Sociedade. n. 9 – São Paulo: Editora Cortez, 1982.

FLORIANÓPOLIS. **Política habitacional de Florianópolis** - versão preliminar, Florianópolis, PMF, 2002.

\_\_\_\_\_. Projeto Bom Abrigo. **Solicitação de financiamento do plano de habitação, trabalho e desenvolvimento social do município de Florianópolis.** Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. Programa Habitar Brasil-BID. Projeto Bom Abrigo-Mocotó. **Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.** v.3, Florianópolis, SHTDS, 2003.

YASBECK, Maria Carmelita. O Serviço Social como Especialização do Trabalho Coletivo. **In:** Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília. Módulo 03: política social. Brasília: CFESS: ABEPSS, 2000.

\_\_\_\_\_. Programa Habitar Brasil-BID. **Manual de orientações do Subprograma de urbanização de assentamentos subnormais**. v.2, Florianópolis, SHTDS, 2001.

GAUDERER, E. Christian. **Os Direitos do Paciente: um manual de sobrevivência** v. 3, Rio de Janeiro: Record, 1991.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 nov. 2004.

SOUZA, André Luiz et al. **Projeto Moradia**. São Paulo: INSTITUTO CIDADANIA, 2000.

KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária **In: 3º Setor - Desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MACHADO, Simone Matos. **O processo de formalização jurídico-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática**. Revista Katálysis n.1, Florianópolis, Editora da UFSC, 1997.

MARIGHELLA, Carlos et al. A Questão Agrária no Brasil: textos dos anos sessenta. **In: Brasil estudos**, nº 1. São Paulo, Brasil Debates, 1980.

MERHY, Emerson E. Em busca do tempo perdido: a micro-política do trabalho vivo em saúde. **In: MERHY, E.E. e ONOCKO, R. (org) Praxis en salud: um desafio para lo público**. Buenos Aires: Lugar Editorial, SP, Hucitec, 1997.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. **In: Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação: controle e espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatísticas e Informações. **Projeto PNUD-BRA-00/019 – HABITAR BRASIL – BID - Déficit Habitacional no Brasil 2000**. Belo Horizonte, 2001.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMANN, Robert Moses. **O que é questão da moradia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROLNIK, Raquel. É possível uma política urbana contra a exclusão? **In: Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 72, Cortez, 2002, p. 53-61.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 - 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VAZ, Ana Luíza de Lyra. **Mutirão Habitacional Autogestionário: experiência do CAAP – Grande São Paulo – 1980 e 1990**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

## **ANEXOS**



## **ANEXO A**

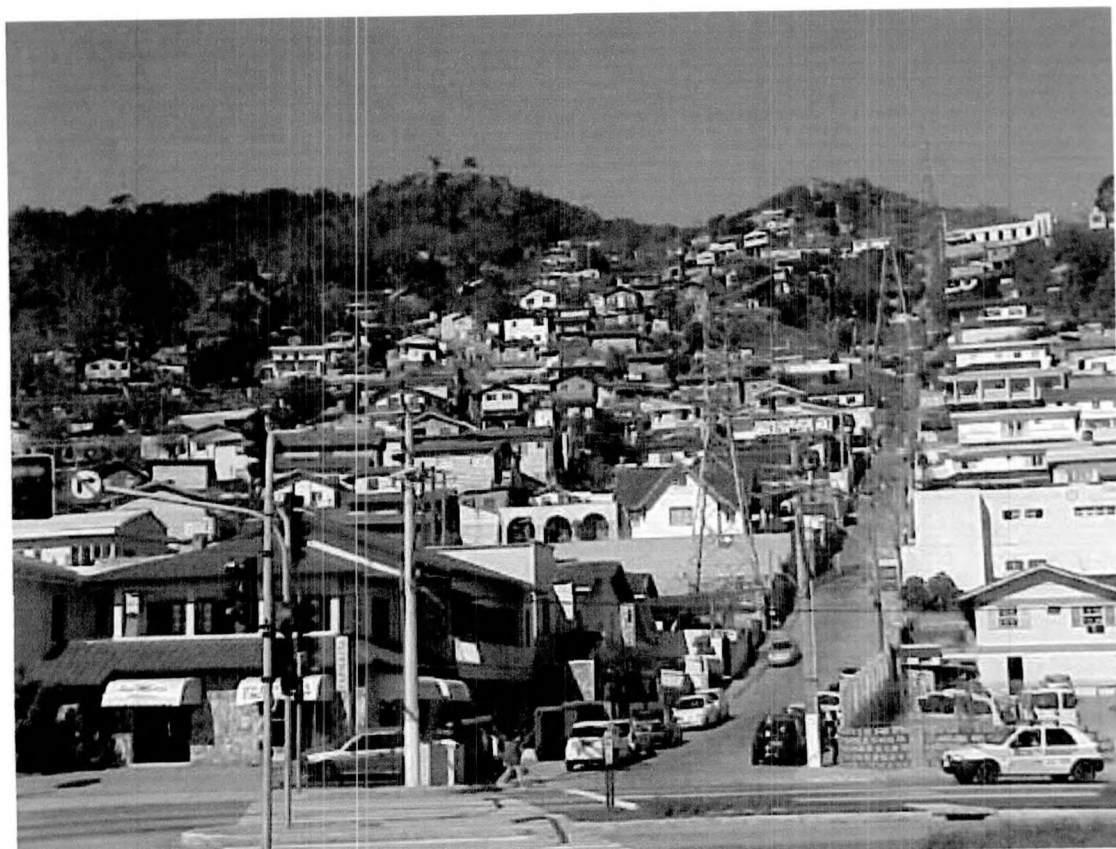


Foto da Comunidade do Morro do Mocotó



1º Encontro – 06/05/04



1º Encontro - 06/05/04



2º Encontro - 13/05/04



3º Encontro – 20/05/04



3º Encontro – 20/05/04



4° Encontro – 27/05/04



4° Encontro – 27/05/04



6º Encontro – 17/06/04



6º Encontro – 17/06/04



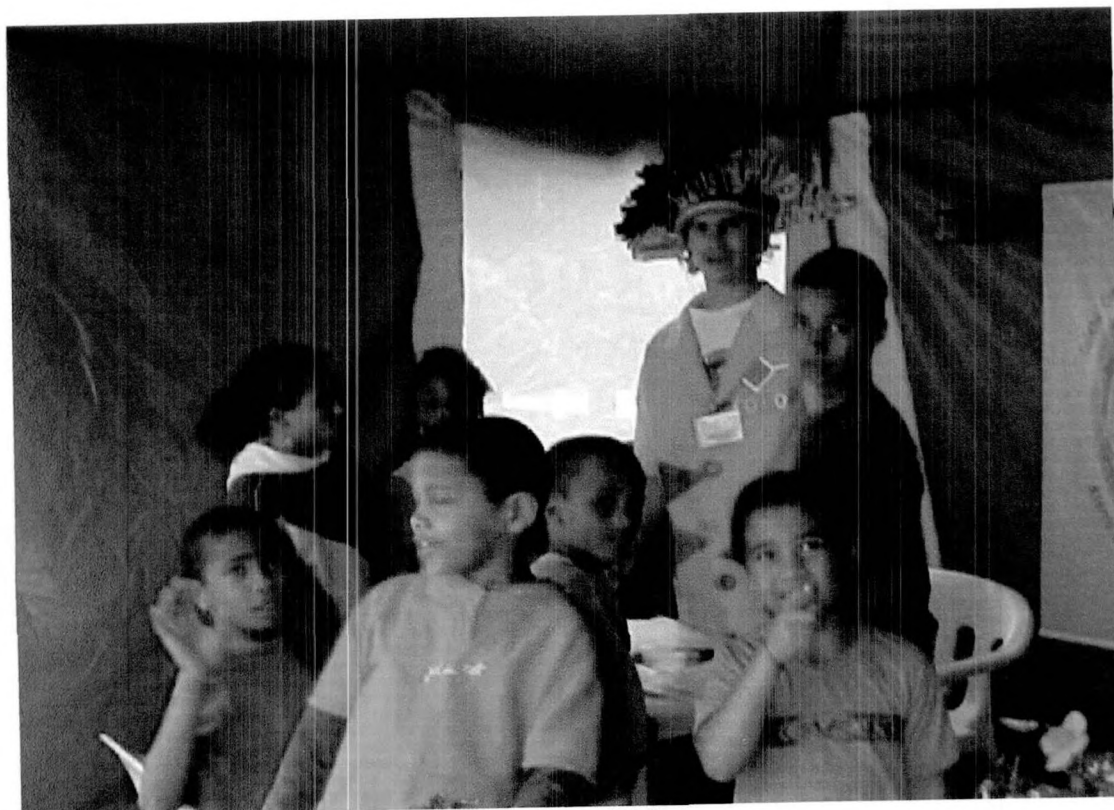
Organização e planejamento do dia da Ação Comunitária – 21/07/04



Organização e planejamento do evento Ação Comunitária – 10/08/04



Realização do evento Ação Comunitária – 21/08/04



Realização do evento Ação Comunitária – 21/08/04





**Avaliação do planejamento e organização do evento Ação Comunitária – 31/08/04**



**Avaliação do planejamento e organização do evento Ação Comunitária - 31/08/04**

## **ANEXO B**



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

FINEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO PLANO DE  
HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS



P R O J E T O

**BOM  
ABRIGO**

## 1- CARACTERIZAÇÃO DO SOLICITANTE

### Razão Social

Prefeitura Municipal de Florianópolis

CGC: 82.892.282/001-43

<b>Endereço (Rua, Avenida, Praça, etc.)</b> Rua Almirante Alvim	<b>Nº</b> 491		
<b>Bairro</b> Centro	<b>Município</b> Florianópolis	<b>UF</b> SC	<b>CEP</b> 88.015-380
<b>Telefone</b> (048) 222-1299	<b>Fax</b> (048) 222-1299		
<b>Atividade</b> Administração Pública	<b>Nº de Funcionários</b> Total 6.480		
<b>Contato</b> Salomão Mattos Sobrinho	<b>Telefone</b> (048) 248-1474	<b>Fax</b> (048) 248-1474	
<b>Representantes Legais</b> Angela Regina Heinzen Amin Helou Péricles Prade Manoel Américo Barros Filho	<b>Cargo</b> Prefeita Vice-Prefeito Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social		

## 2- HISTÓRICO

Nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município, a Prefeitura de Florianópolis atua nas seguintes áreas:

- planejamento e administração de parcelamento e uso de seu território;
- serviços de limpeza pública, transportes urbanos, abastecimento de água e esgotamento sanitário (os dois últimos concedidos à CASAN, empresa estatal estadual da área de saneamento);
- infra-estrutura urbana de pavimentação e drenagem;
- infra-estrutura social, incluindo educação pré-escolar e de primeiro grau, saúde, habitação, trabalho e desenvolvimento social;
- cultura, turismo, esporte e meio ambiente.

Nos últimos 25 anos, a cidade sofreu um acelerado processo de transformação, provocado principalmente pelo surgimento das Universidades Federal e Estadual, pela expansão da construção civil, pela sua consolidação como centro administrativo e prestador de serviços e, mais recentemente, pela consagração como pólo turístico.

Hoje Florianópolis integra uma área metropolitana conurbada com três municípios vizinhos (São José, Palhoça e Biguaçu), que soma uma população estimada em 700 mil habitantes, dos quais 300 mil têm domicílio na área da capital.

A exemplo de muitos outros municípios brasileiros, por motivos vários, Florianópolis não se capacitou administrativa, gerencial e tecnologicamente para esse processo de transformação. Sua Administração carece de organização, planejamento e todo tipo de serviço para fazer frente as demandas que se apresentam.

No entanto, tanto por ter sido estabelecida como prioridade política, como se apresentar como mais carente de recursos entre todos os segmentos em que a prefeitura atua, elegemos os serviços relacionados a infra-estrutura social, reunidos em nosso Plano de Governo sob a denominação de Projeto Bom Abrigo, como destinatários desta solicitação de financiamento à FINEP.

A atual administração do Município de Florianópolis, iniciada no último dia 01 de janeiro de 1997, tem um grande compromisso político com a população de baixa renda da cidade: buscar melhores condições de vida para o cidadão desassistido de habitação, renda e amparo social.

Esse compromisso, estabelecido na campanha eleitoral como proposta de governo, configura-se basicamente no Projeto Bom Abrigo, cuja essência consiste em recuperar áreas de favelas e deficientes de infra-estrutura, dotando-as de habitação, abastecimento, serviços e mecanismos de geração de trabalho e renda.

O Projeto Bom Abrigo nasce de uma realidade clara e preocupante: o crescimento da pobreza e da degradação da qualidade de vida na cidade de Florianópolis. É uma situação que se configura na favelização de encostas e vazios urbanos, na mendicância nas ruas, no surgimento de níveis de criminalidade e violência até poucos anos inexistentes e sequer imaginados.

Em Florianópolis, como de resto em muitas outras cidades do País, o Poder Público vem assistindo inoperante a crescente migração do homem do campo para a cidade, sem deter as ocupações clandestinas por sub-habitações e a formação de aglomerados destituídos de todo tipo de infra-estrutura, origem dessa realidade.

O Projeto Bom Abrigo representa uma mudança e um resgate dessa postura. Além do aspecto puramente social - que por si só justificaria sua implantação, contemplará a recuperação da ordem urbanística na cidade, a proteção das áreas de risco e de preservação permanente, a habitação digna e, com grande ênfase, a promoção do indivíduo para o trabalho e para a cidadania através da educação e da profissionalização.

Hoje, as intervenções do Poder Público de uma forma geral, e da Prefeitura de Florianópolis em particular, nessas questões são esporádicas, pontuais e absolutamente insuficientes para fazer frente a demanda que se apresenta. É preciso dotar a Administração de instrumentos modernos e eficazes para reverter esse quadro, tornando possíveis não só as ações próprias de Governo, como também a mobilização da sociedade e a formação de parcerias para a obtenção de soluções concretas.

A elaboração do Plano de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Florianópolis, base de planejamento para o desenvolvimento do Projeto Bom Abrigo, cujo financiamento é pleiteado neste documento, é o primeiro passo para tornar essas intervenções planejadas, sistemáticas e suficientemente abrangentes.

### **3- INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO**

#### **3.1- Título do Projeto:**

Plano de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Florianópolis.  
Projeto Bom Abrigo

#### **3.2- Coordenador do Projeto:**

Salomão Mattos Sobrinho  
Rua Campolino Alves, 305 - Capoeiras  
CEP 88.085-110  
Florianópolis - SC  
Fone/Fax: (048) 248- 1474

#### **3.3- Objetivos do Projeto:**

Incluem-se como objetivo do Projeto:

- levantar e atualizar informações sobre as áreas carentes do Município;
- diagnosticar a situação atual, identificando as principais deficiências das áreas pesquisadas;
- formular propostas de atuação, no escopo de um plano básico de intervenção;
- desenvolver os seguintes programas de atuação:
  - \* habitação;
  - \* infra-estrutura urbana;
  - \* infra-estrutura social;
  - \* capacitação profissional;
  - \* desenvolvimento social; e
  - \* capacitação institucional.

Especificamente, para cada uma dessas áreas, serão dados os seguintes enfoques básicos:

##### **a) Programa de Habitação**

Dotar as áreas de favelas e sub-habitações de moradias com padrões mínimos de conforto e salubridade, sempre que possível sem remover a comunidade do local que ocupa.

Havendo necessidade de remover a ocupação, por ocorrer em área de risco ou preservação, evitar a transferência concentrada para outras áreas, priorizando-se a formação de assentamentos menores e dispersos, ou mesmo, o retorno das famílias as suas origens.

No âmbito deste Programa deverão ser desenvolvidos os seguintes projetos:

- Projetos de novos assentamentos;
- Projetos de urbanização de áreas de interesse social;
- Projetos de apoio a construção em lotes urbanizados;

- Projetos de apoio a recuperação e ampliação de domicílios.
- Projetos de remoção em áreas de risco e/ou com impedimentos legais;
- Projetos de regularização fundiária;
- Projetos de cooperativas de serviços.

#### **b) Programa de Infra-Estrutura Urbana**

Dotar as áreas de intervenção de abastecimento regular de água e energia, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação e áreas de recreação e lazer. Deverão ser contemplados também a prestação regular de serviços de transporte, abastecimento e coleta de lixo.

Este Programa deverá contemplar o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- Projetos de sistemas de abastecimento de água;
- Projetos de sistemas de esgotamento sanitário;
- Projetos de sistemas de abastecimento de elétrica e iluminação pública;
- Projetos de sistemas de drenagem;
- Projetos de pavimentação de vias;
- Projetos de áreas de recreação e lazer;
- Projetos de reciclagem do lixo reutilizável.

#### **c) Programa de Infra-Estrutura Social**

Dotar e manter, sempre que necessário, na região de influência das áreas de intervenção serviços básicos de Educação (inclusive creche e pré-escolar), Saúde e Desenvolvimento Social.

Neste Programa serão desenvolvidos:

- Projetos de construção e ampliação de Postos de Saúde;
- Projetos de construção e ampliação de unidades escolares;
- Projetos de Educação Ambiental.

#### **d) Programa de Capacitação Profissional**

Promover um esforço intenso no sentido de educar e resgatar o indivíduo para o trabalho através da sua capacitação profissional, principalmente nas áreas de interesse econômico do Município, tais como Turismo, Informática e Construção Civil.

O Programa de Capacitação Profissional abrangerá os seguintes projetos:

- Projeto de treinamento para atividades da área de turismo;
- Projeto de treinamento para atividades da área de informática;
- Projeto de treinamento para atividades da área de moda e do vestuário;
- Projeto de treinamento para atividades da área da construção civil;
- Projeto de treinamento para atividades da área da pesca e da maricultura;
- Projeto de treinamento para atividades de reciclagem do lixo;
- Projeto de cooperativas de serviços.

#### **e) Programa de Desenvolvimento Social**

Estabelecer programas de trabalho permanente para assistência dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como a criança, o idoso e as vítimas de violências físicas.

O Programa de Desenvolvimento Social terá os seguintes projetos:

- Projeto de Educação Complementar para Crianças e Adolescentes;
- Projeto S.O.S. Criança;
- Projeto de Albergues e Proteção aos Adolescentes;
- Projeto de Assistência ao Idoso;
- Projeto de Apoio Sócio-Familiar;
- Projeto Abordagem de Rua;
- Projeto Liberdade Assistida;
- Projeto Justiça e Cidadania;
- Projeto de Geração de Emprego e Renda.

#### **f) Programa de Capacitação Institucional**

Dotar a futura Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, de recursos humanos e técnicos capazes de emprestar colaboração nas fases de produção dos programas e projetos propostos neste documento, bem como de implementá-los a partir da contratação e obtenção dos financiamentos respectivos.

Deverá contemplar os seguintes projetos:

- Projeto de Treinamento e Capacitação Gerencial;
- Projeto de Informática;
- Projeto de Aparelhamento Administrativo e Operacional.

Os projetos constantes de cada programa, quando não financiáveis diretamente pela FINEP, deverão ser suficientemente detalhados para possibilitar a captação de recursos e financiamentos necessários a implantação dos mesmos.

### **3.4- Justificativa do Projeto:**

O Plano de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de Florianópolis, será o instrumento básico para efetivar implantação do Projeto Bom Abrigo, através do qual a Prefeitura pretende levar à população de baixa renda condições dignas de habitação, geração de renda e amparo social.

Em levantamento realizado em 1993, o IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, realizou levantamento das áreas pobres da cidade, identificando caracterizando 29 comunidades na ilha e 17 no continente.

Nessas áreas, estimou-se, viviam na época cerca de 32 mil pessoas com perfil sócio-econômico abaixo da linha da pobreza.

Essa situação agravou-se sensivelmente, principalmente pelo crescimento do fluxo migratório que se verifica das regiões agrícolas do oeste e da serra catarinense para o litoral nos últimos anos.

O Departamento de Desenvolvimento Social da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura de Florianópolis, estima que a cada dia são iniciadas a construção de dez novas casas na cidade, sendo que dessas 06 são barracos ou sub-moradias clandestinas.

Essa ocupação irregular é cada vez mais acentuada em áreas de risco e/ou de preservação permanente, tais como encostas de alta declividade, margens de rios e mangues, constituindo-se em permanente problema de saúde e segurança pública.

Na esteira dessa dinâmica, resta não só a carência habitacional em si, mas também, e associado, um quadro marcado pelo desemprego e sub-emprego, pela doença e pela fome.

Pelas suas próprias características, perfeitamente identificadas pelos objetivos que pretende alcançar, pode-se concluir que o projeto:

- contribuirá de forma efetiva para o desenvolvimento das ações de governo da Prefeitura e, em decorrência, para o benefício da população de Florianópolis, notadamente na sua faixa menos favorecida;

- se inclui nos programas do Governo Federal de combate à miséria e a fome;

- tem um grande potencial de geração de empregos em todos os seus programas e fases de desenvolvimento;

- é totalmente voltado à qualidade de vida do trabalhador e da população nos locais em que será implantado;

- justifica-se, finalmente, por ser essencial para possibilitar a captação de recursos junto a agências nacionais e internacionais de financiamento (CEF, BID, BIRD), as quais a Prefeitura de Florianópolis pretende recorrer para implantação dos programas e projetos resultantes do Plano.

### **3.5- Metodologia**

A execução do projeto será coordenada e administrada pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, através de seu Departamento de Desenvolvimento Social que, além da função que lhe dá o nome, é também responsável pelas áreas de Habitação e Trabalho no âmbito da Prefeitura de Florianópolis.

Em suas duas etapas - Plano Básico e Desenvolvimento de Programas, as atividades necessárias ao levantamento de informações, diagnóstico da situação existente, propostas de atuação e elaboração de projetos, deverão ser executadas com apoio de consultorias especializadas, contratadas através de processos licitatórios.

Os instrumentos de acompanhamento desses trabalhos serão definidos em conformidade com o escopo de cada licitação, devendo constituir-se basicamente de relatórios periódicos de produção e documentos de projeto, modelo comumente usado em contratos relativos a execução de estudos e projetos.

Para a comprovação de experiência das empresas de consultoria, a Prefeitura deverá exigir nos editais de licitação, como requisito de habilitação, prova de capacidade técnica para a realização de cada trabalho a ser contratado.

**3.6- Custos do projeto - Previsão de desembolso**  
**Conforme as tabelas seguintes:**

**PESSOAL DO PROJETO (Equipe Própria)**

**TABELA 1**

Nome	Cargo/ Função *	Nº de Horas previstas (A)	Sal. Hora c/ encargos (B)	Total (A X B)	A Realizar
Salomão Mattos Sobrinho	1	1.300	25,00	32.500,00	32.500,00
Mário C. V. Garcia	2	1.300	25,00	32.500,00	32.500,00
João Maria Lopes	3	1.560	15,00	23.400,00	23.400,00
Elson Bertoldo dos Passos	4	1.560	15,00	23.400,00	23.400,00
Maria Inês Tournier Rodrigues	5	520	8,00	4.160,00	4.160,00
Ieda Maria Cândido	6	3.120	8,00	24.960,00	24.960,00
Marlise Carlin Dellagnelo	7	520	8,00	4.160,00	4.160,00
Eloah W. Naschenweng	8	260	12,00	3.120,00	3.120,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>124.800,00</b>	<b>124.800,00</b>

**Cargo/Função \***

- 1- Chefe de Departamento/Coordenador do Projeto
- 2- Engenheiro/Assessor Técnico do Departamento
- 3- Arquiteto/Coordenador do Programa de Habitação
- 4- Engenheiro/Coordenador do Programa de Infra-Estrutura Urbana
- 5- Assistente Social/Coordenadora do Programa de Infra-Estrutura Social
- 6- Assistente Social/Coordenadora do Programa de Capacitação Profissional
- 7- Assistente Social/Coordenadora do Programa de Desenvolvimento Social
- 8- Professora/Coordenadora do Programa de Capacitação Institucional



**SERVIÇO DE CONSULTORIA**

**TABELA 2.1**

<b>Etapas/ Discriminação</b>	<b>Categoria Profissional</b>	<b>Atividade do Projeto</b>	<b>Nº de Horas previstas (A)</b>	<b>Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)</b>	<b>Total (A X B)</b>	<b>A Realizar</b>
<b>PLANO BÁSICO</b>						
- Consultor Senior	Arquiteto (1) Engenheiro (1) Sociólogo (1)	Planejamento, Coordenação e Acompanhamento	780	122,82	95.800,00	95.800,00
- Técnico Nível Superior	Arquiteto (2) Engenheiro (2) A. Social (2)	Gerenciamento de Pesquisa, Diagnóstico e Propostas de Atuação	5.760	28,75	165.600,00	165.600,00
- Técnico Nível Médio	Téc. Edific. (3) Topógrafo (2)	Pesquisa e Levant. de informações	4.800	15,00	72.000,00	72.000,00
- Pessoal de Apoio	Secretária (1) Digitadores (3) Escritório (3)	Edição de documentos, apoio administrativo	6.720	10,00	67.200,00	67.200,00
- Estagiários	Arquitetura Engenharia A. Social Edificações Topografia(10)	Pesquisa e Levantamento de Informações	9.600	1,50	14.400,00	14.400,00
- Suporte de Transportes, Informática e Escritório	-	-	-	-	-	230.800,00
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	<b>645.800,00</b>

**TABELA 2.2**

<b>Etapa/ Discriminação</b>	<b>Categoria Profissional</b>	<b>Atividade do Projeto</b>	<b>Nº de Horas previstas (A)</b>	<b>Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)</b>	<b>Total (A X B)</b>	<b>A Realizar</b>
<b>PROGRAMA DE HABITAÇÃO</b>						
- Consultor	Arquiteto (1)	Planejamento, Coordenação e Acompanhamento	780	122,82	95.800,00	95.800,00
- Coordenador	Arquiteto (1)	Gerenciamento de Projetos	3.120	34,50	107.640,00	107.640,00
- Técnico Nível Superior	Engenheiro (3)	Elaboração de Projetos	9.360	28,75	269.100,00	269.100,00
- Técnico Nível Médio	Téc. Edific. (4) Topógrafo (2) Calculista (1) Ch.Escritór. (1)	Elaboração de Projetos	24.960	15,00	374.400,00	374.400,00
- Apoio Técnico e Administrativo	Aux.Topogr.(4) Motorista (2) Secretária Aux. Serv. (4)	Elaboração de Projetos	34.320	3,29	113.060,00	113.060,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	<b>960.000,00</b>

TABELA 2.3

Etapa/ Discriminação	Categoria Profissional	Atividade do Projeto	Nº de Horas previstas (A)	Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)	Total (A X B)	A Realizar
<b>PROGRAMA DE INFRA- ESTRUTURA URBANA</b>						
- Consultor	Engenheiro (1)	Planejamento, Coordenação e Acompanhamento	390	122,82	47.900,00	47.900,00
- Coordenador	Engenheiro (1)	Gerenciamento de Projetos	1.560	34,50	53.820,00	153.820,00
- Técnico Nível Superior	Engenheiro (3)	Elaboração de Projetos	4.680	28,75	134.550,00	134.550,00
- Técnico Nível Médio	Téc. Edific. (4) Topógrafo (2) Calculista (1) Ch.Escritór. (1)	Elaboração de Projetos	12.480	15,00	187.200,00	187.200,00
- Apoio Técnico e Administrativo	Aux.Topogr.(4) Aux. Serv. (4) Motorista (2) Secretária (1)	Elaboração de Projetos	17.160	3,29	56.530,00	56.530,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	<b>480.000,00</b>

TABELA 2.4

Etapa/ Discriminação	Categoria Profissional	Atividade do Projeto	Nº de Horas previstas (A)	Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)	Total (A X B)	A Realizar
<b>PROGRAMA DE INFRA- ESTRUTURA SOCIAL</b>						
- Coordenador	Arquiteto	Gerenciamento e Elaboração de Projetos	1.040	34,50	35.880,00	35.880,00
- Técnico Nível Superior	Engenheiro (3)	Elaboração de Projetos	3.120	29,40	91.720,00	91.720,00
- Técnico Nível Médio	Téc. Edific. (2) Calculista (1) Ch.Escritór. (1)	Elaboração de Projetos	4.160	15,00	62.400,00	62.400,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	<b>190.000,00</b>

TABELA 2.5

Etapa/ Discriminação	Categoria Profissional	Atividade do Projeto	Nº de Horas previstas (A)	Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)	Total (A X B)	A Realizar
<b>PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL</b>						
- Consultor	Pedagogo	Acompanhamento e Planejamento	1.300	122,82	160.000,00	160.000,00
- Coordenador	Assist. Social	Coordenação	5.200	34,50	180.000,00	180.000,00
- Técnico Nível Superior	Pedagogo	Gerenciamento área de treinam.(4)	20.800	28,75	598.000,00	598.000,00
- Professor	Professor	Treinamento	52.000	18,50	962.000,00	962.000,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	<b>1.900.000,00</b>

TABELA 2.6

Etapa/ Discriminação	Categoria Profissional	Atividade do Projeto	Nº de Horas previstas (A)	Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)	Total (A X B)	A Realizar
<b>PROGRAMA DE DESENVOLV. SOCIAL</b>						
- Consultor	Assist.Social(1)	Planejamento e Acompanhamento	260	122,82	32.000,00	32.000,00
- Coordenador	Assist.Social(4)	Coordenação de Projetos	4.160	34,50	143.600,00	143.600,00
- Técnico Nível Superior	Assist.Social(8)	Elaboração de Projetos	8.320	27,40	228.000,00	228.000,00
- Técnico Nível Médio	Técnico (4)	Pesquisa e Informação	4.160	15,00	62.400,00	62.400,00
- Apoio Técnico e Administrativo	Ch. Escritório Secretária Motorista Aux. Serviços	Elaboração de Projetos	4.160	3,30	14.000,00	14.000,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	<b>480.000,00</b>

TABELA 2.7

Etapa/ Discriminação	Categoria Profissional	Atividade do Projeto	Nº de Horas previstas (A)	Salário/Hora Médio c/ Encargos (B)	Total (A X B)	A Realizar
<b>PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL</b>						
<b>Projeto de Qualidade</b>						
- Consultor Senior	Administrador (1)	Planejamento e Coordenação	240	150,00	36.000,00	36.000,00
	Arquiteto (1)	Treinamento	80	120,00	9.600,00	9.600,00
	Sociólogo (1)	Treinamento	80	120,00	9.600,00	9.600,00
	Engenheiro (1)	Treinamento	80	120,00	9.600,00	9.600,00
	Assist. Social (1)	Treinamento	80	120,00	9.600,00	9.600,00
	Economista	Treinamento	80	120,00	9.600,00	9.600,00
	Advogado	Treinamento	80	120,00	9.600,00	9.600,00
- Consultor	Administrador (1)	Acompanhamento e Avaliação	1.920	30,00	57.600,00	57.600,00
- Pessoal de Apoio	Secretária (1)	Edição de documentos, apoio administrativo	1.920	10,00	19.200,00	19.200,00
<b>Projeto de Informatização</b>						
- Consultor	Analista de Sistema	Planejamento e Coordenação, Produção e Implantação de Softwares	960	30,00	28.800,00	28.800,00
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	

### 3- OUTRAS DESPESAS

#### VIAGENS E DIÁRIAS

TABELA 3.1

Discriminação	Passagens			Diárias			Total Geral (RS)	EM RS A Realizar
	Nº	Percorso	Valor Total	Nº	Valor	Valor Total		
1- No País	5	FLN/SÃO/FLN	2.036,10	25	136,00	3.400,00		
	12	FLN/RJ/FLN	6.509,28	60	136,00	8.160,00		
	5	FLN/BSB/FLN	3.475,60	25	136,00	3.400,00		
	2	FLN/CTB/FLN	507,44	10	136,00	1.360,00		
2- No Exterior	3	FLN/ESP/FLN	6.500,00	60	200,00	12.000,00		
	2	FLN/CHI/FLN	1.300,00	30	200,00	6.000,00		
<b>TOTAL</b>			<b>20.835,86</b>			<b>34.320,00</b>	<b>55.155,86</b>	<b>55.155,86</b>

TABELA 4

## CRONOGRAMA FÍSICO DO PROJETO (1)

DATA DE INÍCIO / / DATA DA ATUALIZAÇÃO / / VERSÃO:

ITEM	ATIVIDADES (2)	INDICADORES DE PROGRESSO	ANO TRIM	1				2				3				
				1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
1	PLANO BÁSICO	Relat. Acomp.	P													
			R													
1.1	Informações		P													
			R													
1.2	Diagnóstico		P													
			R													
1.3	Propostas de Atuação		P													
			R													
2	PROGRAMAS		P													
			R													
2.1	Habitacional		P													
			R													
2.2	Infra-Estrutura Urbana		P													
			R													
2.3	Infra-Estrutura Social		P													
			R													
2.4	Capacitação Profissional		P													
			R													
2.5	Desenvolvimento Social		P													
			R													
2.6	Capacitação Institucional		P													
			R													
			P													

Obs.: (1) Utilizar tantos trimestres quantos necessários para abranger o período de execução do Projeto;  
 (2) No campo **ATIVIDADE** colocar os itens relevantes para o acompanhamento físico do Projeto;  
 (3) **P** = Previsto    **R** = Realizado



**USOS E FONTES DOS RECURSOS DO PROJETO (RS 1000,00)**

**TABELA 5**

	A REALIZAR POR TRIMESTRE (1)												Total
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	
<b>1- USOS</b>													
1.1-Pessoal do Projeto	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	124,80
1.2-Serviços de Consultoria	422,5	422,5	653,3	653,3	653,3	430,0	430,0	430,0	190,0	190,0	190,0	190,0	4.855,00
1.3-Itens Suplementares													
1.3.1- Viagens e Diárias	2,9	18,5	2,9	7,3	2,9	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	54,60
1.3.2- Outras Despesas													
<b>TOTAL</b>	<b>435,8</b>	<b>451,4</b>	<b>666,6</b>	<b>671,0</b>	<b>666,6</b>	<b>443,2</b>	<b>443,3</b>	<b>443,2</b>	<b>203,3</b>	<b>203,3</b>	<b>203,3</b>	<b>203,3</b>	<b>5.034,40</b>
<b>2- FONTES</b>													
2.1- Recursos Próprios	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	124,80
2.2- FINEP	436,4	441,0	656,2	660,6	656,2	432,8	432,9	432,8	192,9	192,9	192,9	192,9	4.909,60
2.3- Outras (Especificar)													
<b>TOTAL</b>	<b>435,8</b>	<b>451,4</b>	<b>666,6</b>	<b>671,0</b>	<b>666,6</b>	<b>443,2</b>	<b>443,3</b>	<b>443,2</b>	<b>203,3</b>	<b>203,3</b>	<b>203,3</b>	<b>203,3</b>	<b>5.034,40</b>

(1) Utilizar tantos trimestres quantos necessários ao período abrangido pelo cronograma físico do Projeto.

### **3.7 - CONDIÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO**

Face o caráter eminentemente social do objeto do financiamento, a Prefeitura de Florianópolis requer as seguintes condições para a contratação da operação:

- valor: **R\$ 4.909.600,00 (quatro milhões, novecentos e nove mil e seiscentos reais).**
- prazo de carência: **36 meses**
- prazo de amortização: **72 meses**
- remuneração: **juros de 6% a . a + TJLP**

### **3.8 - GARANTIA**

O financiamento será garantido através de vinculação parcial das receitas do Fundo de Participação dos Municípios, devidamente autorizada por lei municipal.